AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 34 | Nº 07 | JULHO 2014 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

PLANO DE GOVERNO 2014-2022

Conheça a pauta mínima para o agronegócio



VINTE ANOS DO PLANO REAL
ENTENDA A INFLAÇÃO DE HOJE

MILHO
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DETERMINA LUCRO OU PREJUÍZO

TERRAS AGRÍCOLAS
BOA OPÇÃO DE INVESTIMENTO

O agronegócio é o seguinte

AGRONEGÓCIO EM AMBIENTE DE COPA DO MUNDO

MATÉRIA ESPECIAL apresenta a primeira versão do texto preparado por um grupo de técnicos com experiência na área acadêmica e governamental como proposta do agronegócio a ser apresentada aos presidenciáveis. O documento, sujeito a mudanças e sugestões, define linhas genéricas de ações, todas baseadas em cinco princípios: sustentabilidade, competitividade, orientação aos mercados, segurança jurídica e governança institucional. O resultado desse diálogo será apresentado no 13º Congresso da ABAG, em 4 de agosto próximo, com a informação de quais serão os compromissos que cada um dos candidatos assumirá em relação à proposta.

A Copa do Mundo de Futebol tem demonstrado grande poder para contagiar os torcedores, mas ainda desperta desconfianças e ressentimento nos brasileiros. A Copa é bem-vinda quando se considera a importância dos projetos de investimento realizados para a dinamização da atividade econômica. Nesse sentido, a participação do setor público foi interessante e necessária para viabilizar tais projetos.

Segundo projeção inicial do governo federal, que tomou como base o estudo sobre o impacto da Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo deverá movimentar R$ 30 bilhões; ou seja, o evento deverá cobrir todo o investimento realizado, de R$ 26 bilhões, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

A potencialidade dos mercados associados ao futebol é capaz de mobilizar R$ 60 bilhões por ano e empregar até 2,1 milhões de pessoas, além dos benefícios adicionais relacionados ao turismo, como hotelaria, restaurantes e bares, e, principalmente, à infraestrutura. Em particular, os investimentos públicos são importantes por alavancar a taxa de investimento total, o que é oportuno, especialmente no atual contexto brasileiro de baixo crescimento econômico.

O evento mundial também acendeu a sirene de alerta para os produtores rurais brasileiros. Um levantamento encomendado pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) mostra que os trinta e um países classificados para a competição abrigam, juntos, mais de 350 pragas ainda inexistentes no Brasil. São insetos, ácaros, fungos e vírus que, se introduzidos em nossas lavouras, certamente trarão prejuízos aos agricultores locais e podem até impactar a produção nacional de alimentos.

Ao comemorar vinte anos neste mês de julho, o Plano Real merece uma análise especial. É importante não confundir inflação de alimentos com inflação da alimentação e ter claro que a dinâmica dos preços de cada categoria de produtos evoluiu de forma distinta. O primeiro grupo cresceu em ritmo bem menor quando comparado ao segundo. De modo geral, os preços dos alimentos aumentaram com muito mais força a partir da metade da década passada. Enquanto os preços dos bens industriais ajudaram a controlar a inflação, os preços dos serviços tiveram impacto inverso.

Outra comemoração importante neste mês é do cooperativismo. Levantamento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) aponta que 50% de toda a produção agropecuária nacional passam de alguma maneira por cooperativas. É uma taxa expressiva.

No Brasil, a terra agrícola tem sido um tipo de investimento de médio e longo prazo que proporciona boa rentabilidade, ao menos desde a última década. Adicionalmente, é uma forma de diversificação de portfólio (e diminuição de risco), principalmente quando comparada ao retorno de investimentos mais conservadores e tradicionais. De 2002 para cá, em valores reais – considerando a inflação do período –, a média de preços das terras brasileiras teve um ganho acima de 126%. O maior destaque foram os estados da região Norte Amapá e Acre, que apresentaram valorizações acumuladas de 279% e 229%, respectivamente.

No campo, os preços do milho subiram e desceram a ladeira no primeiro semestre de 2014 no Brasil. Diante dessa grande volatilidade, o momento em que o produtor realizou sua venda determinou o lucro ou prejuízo. Quem vendeu o milho em janeiro deste ano contabilizou um prejuízo de R$ 52,49 por hectare. Aqueles que venderam em março lucraram R$ 459,91 por hectare. Isso mostra que é fundamental o acompanhamento do mercado, pois decisões erradas podem custar caro. É preciso lembrar que o produtor não é especulador. Para gerenciar o risco de preço, uma boa estratégia pode ser a utilização do mercado futuro ou a venda mensal da produção

Passados mais de cinquenta anos do início da Revolução Verde, a insegurança alimentar ainda se mostra presente em diversas regiões do Planeta. Apesar da grande contribuição para elevar a produtividade agrícola, o maior uso da tecnologia não foi suficiente para sanar completamente o problema da fome, especialmente na Ásia e na África. Dentre as razões para isso, pode-se apontar o acelerado crescimento populacional e o limitado acesso à tecnologia por parte de segmentos menos empresariais da agricultura. Além disso, observam-se criticas à forma como a Revolução Verde do século passado direcionou-se a alguns produtos em detrimento de outros: houve uma elevação expressiva da produtividade de alguns grãos, como milho e trigo, porém não foram trazidos os mesmos avanços a outros produtos fundamentais para a alimentação, como o arroz. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

06 **Elizabeth de Carvalhaes** | O poder da árvore plantada

09 **Macroeconomia** | Investimento na Copa do Mundo

10 **Agrodrops**

12 **Frases e Comentários**

Mercado & Negócios

13 **Plano Real** | A inflação vinte anos depois

15 **Logística brasileira** | Perspectivas e oportunidades

17 **China** | A demanda por alimentos

18 **Uma segunda Revolução Verde** | O impasse entre tecnologia e economia

19 **Biomassa** | Futuro de incertezas

20 **China** | Desafio da segurança alimentar

22 **Laranja** | Uma visão decepcionante do Judiciário

23 **Terras agrícolas** | Opção de investimento

25 **Milho** | Estratégia de comercialização determina o resultado

Política Agrícola

27 **Agricultura familiar** | Plano Safra 2014/15

Agroenergia

28 **Etanol hidratado** | Aumento do consumo reflete maior competitividade

30 **Biodiesel** | Impacto positivo do aumento da mistura

Sustentabilidade

32 **Fenômeno El Niño** | Especulações no mercado

Conteúdo Especial

33 **Especial de Capa** | Proposta de plano de ação aos presidenciáveis

37 **Especial Sistema OCB** | Índice de Confiança do Agronegócio

40 **Especial Andef** | Uma ameaça ao campeão mundial de produtividade

42 **Especial Ocesp** | Cooperativismo e sustentabilidade

Colunas

43 **Diário de bordo** | Ainda amargo!

44 **Produzir** | Modernização trabalhista no agronegócio

45 **Opinião** | Pioneirismo em produtos orgânicos

46 **Reflexão** | Terras: usos e dificuldades no Brasil

47 **Serviço ao agronegócio**

Mercado & Negócios



Plano Real

Mercado & Negócios



Milho

Conteúdo Especial



Proposta de plano de ação aos presidenciáveis

Elizabeth de Carvalhaes
Presidente executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)

O PODER DA ÁRVORE PLANTADA

Por Paulo Roque

A IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) – palavra que em tupi significa "árvore" – é resultado da união de quatro grandes associações que representam os setores de painéis de madeira, pisos laminados, celulose, papel, florestas energéticas, produtores independentes de árvores plantadas e investidores institucionais. A nova entidade reúne setenta empresas associadas, que, em 2013, geraram a receita bruta de R$ 60 bilhões, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. As vendas externas somaram cerca de US$ 8 bilhões, o que representa 3% das exportações brasileiras, além de serem responsáveis por 5 milhões de empregos no País, cerca de 5% da população nacional economicamente ativa. "Nossa proposta é desenvolver um novo setor econômico-industrial, além de ampliar a competitividade dos produtos originários dos cultivos de eucalipto, pínus e demais espécies plantadas para fins industriais", afirma Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Ibá, que revela, aqui, a força da recém-criada associação e a importância de estar fisicamente próxima às instâncias governamentais na luta para a criação da Política Nacional de Florestas Plantadas (PNFP).

Agroanlysis Qual é a proposta da Ibá?

Elizabeth de Carvalhaes A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), lançada em abril, reúne as setenta empresas e entidades estaduais que participavam da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa), da Associação Brasileira da Indústria de Piso Laminado de Alta Resistência (ABIPLAR), da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

A missão da Ibá é trabalhar pela melhoria contínua da competitividade das empresas e dos produtos originários de árvores plantadas. A associação buscará, também, alinhar suas associadas ao mais elevado patamar de ciência, tecnologia e responsabilidade socioambiental, a partir de soluções inovadoras para o mercado brasileiro e global e dos múltiplos usos das árvores plantadas.

A criação da associação é resultado de um trabalho de *benchmarking* que mostrou a importância de um único interlocutor para defender os pontos em comum dos setores representados pelas quatro entidades, entre os diversos públicos de relacionamento: autoridades e órgãos governamentais, entidades da cadeia produtiva de árvores plantadas e de outros importantes setores da economia brasileira, organizações socioambientais, universidades, escolas, consumidores, imprensa e fóruns internacionais.



Agroanalysis A sua representatividade passa a ser de toda a cadeia florestal e da indústria?

EC A Ibá representa os 7,2 milhões de hectares plantados de pínus, eucalipto e demais espécies para fins industriais no Brasil e a cadeia produtiva destes plantios. As árvores plantadas são o diferencial do negócio

> "AS ÁRVORES PLANTADAS SÃO O DIFERENCIAL DO NEGÓCIO E A PRINCIPAL REFERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS ASSOCIADAS."

> “A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL GARANTIRÁ A PERENIDADE DO NEGÓCIO, E O SETOR DE ÁRVORES PLANTADAS BRASILEIRO É REFERÊNCIA MUNDIAL NA ÁREA.”

e a principal referência socioambiental das empresas associadas. Por isso, o objetivo da associação é atuar em demandas comuns do setor de árvores plantadas e em questões específicas dos segmentos por ela representados: painéis de madeira, pisos laminados, celulose, papel, florestas energéticas e biomassa, além dos produtores independentes de árvores plantadas. Em cerca de dois meses de atuação, já podemos verificar importantes ganhos de sinergia. Essa representatividade única começa a trazer benefícios para as associadas, fortalecendo o diálogo e as mensagens-chave do setor.

Acreditamos que, ao dar mais relevância ao setor de árvores plantadas, o Brasil se tornará a principal referência mundial em relação às árvores plantadas, que terão cada vez mais importância para se atender as demandas relacionadas ao crescimento da população mundial – que, em 2050, chegará a 9 bilhões de pessoas. Nesse sentido, buscaremos atuar em parceria com associações de outros segmentos que também tratam do tema.

AGROANALYSIS **Em termos de política pública, é diferente estar na alçada normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?**

EC O anúncio da transferência do *locus* institucional do setor do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (MAPA) ainda é recente, e aguardamos o decreto que oficializará esta transição. Um dos principais objetivos setoriais é debater e aprimorar o Anteprojeto de Lei que tramita hoje na Casa Civil para a criação da Política Nacional de Florestas Plantadas (PNFP), resultado de um longo processo de debates, liderado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e que envolveu diversas instâncias governamentais e do setor. O Anteprojeto inclui princípios relativos à expansão das áreas de plantio, considerando seus usos múltiplos; reconhecimento das plantações na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; condições favoráveis para investimentos; estímulo ao aumento da produtividade; pesquisa e desenvolvimento; medidas fiscais e tributárias; mecanismos financeiros e econômicos de financiamento, entre outros instrumentos.

Além da PNFP, é fundamental a alocação bem definida no Ministério da Agricultura para que seja possível implementar e gerir políticas e programas de forma adequada e efetiva. Além disso, entendemos que o setor de árvores plantadas tem uma agenda interministerial que envolve as pastas de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação, Relações Exteriores, entre outros. A efetividade de programas e políticas dependerá também de uma interação com o setor produtivo, visando a uma agenda positiva de desenvolvimento sustentável.

AGROANALYSIS **Do ponto vista econômico, a entidade nasce forte?**

EC A Ibá nasce forte e estruturada. Em 2013, o setor de árvores plantadas alcançou receita bruta de R$ 60 bilhões, montante que representa 6% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. As exportações totalizaram US$ 8 bilhões, o que equivale a mais de 3% das exportações brasileiras. Além disso, o setor é responsável por 5 milhões de empregos no País, cerca de 5% da população nacional economicamente ativa. É importante ressaltar que nossas empresas estão realizando grandes investimentos até 2020, seja para novos plantios, seja para a modernização ou construção de novas unidades.

AGROANALYSIS **Existem temas considerados prioritários para iniciar a agenda de trabalho?**

EC A associação atuará em temas transversais a todos os segmentos e na negociação de questões específicas. Entre as prioridades relacionadas à base plantada, destacamos a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para que as conquistas do novo Código Florestal passem a ser efetivas. Outro tema extremamente relevante são as negociações para ampliação das certificações dos plantios florestais, incluindo pequenos produtores rurais. Os selos do Forest Stewardship Council (FSC) ou do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR) são, hoje, um diferencial competitivo, e sua utilização amplia o conhecimento sobre regulamentação do uso do solo e das melhores práticas de manejo. Consequentemente, as certificações dão mais acesso aos mercados e permitem preços mais competitivos, beneficiando toda a cadeia produtiva.

A Ibá também atuará em questões relacionadas às mudanças do clima, voltando-se, principalmente, às negociações dos créditos de carbono florestal, no Brasil e em fóruns internacionais. Queremos, ainda, ampliar o debate sobre a aquisição de terras por produtores de capital estrangeiro e sobre a transgenia arbórea.

AGROANALYSIS **E a agenda de competitividade industrial?**

EC Poucas semanas após o lançamento da Ibá, a presidente Dilma Rousseff

anunciou a manutenção, de forma permanente, da desoneração da Folha de Pagamentos, após dezembro de 2014, para os setores já contemplados pela medida, entre eles os segmentos de celulose e papel. Esse era um item importante do Plano de Metas. Temos em pauta outras demandas também muito relevantes, como a redução da carga fiscal dos investimentos; a compensação de resíduos tributários na exportação, em caráter definitivo, por meio do Reintegra (que também acaba de ser anunciada); a melhoria da infraestrutura nacional; o debate sobre terceirização, entre outros. O acompanhamento das negociações do governo brasileiro quanto a acordos de comércio, especialmente o do Mercosul com a União Europeia, e uma atuação constante para combater a concorrência desleal que prejudica alguns dos segmentos de produtos do setor também estão nas metas da Ibá.

AGROANALYSIS **Como garantir a negociação e o andamento de demandas tão distintas?**

EC A estrutura de governança corporativa da Ibá foi estabelecida para que a agenda de trabalho contemple todos os segmentos da indústria de árvores plantadas. Nesta estrutura, o Conselho Deliberativo, presidido por Carlos Augusto Lira Aguiar, é responsável por estabelecer o Plano de Metas e a gestão da entidade. Este Conselho terá nove vice-presidências, representando cada segmento de atuação da Ibá: Celulose, Papel, Papel para Embalagens, Papel para Produtos de Higiene, Painéis de Madeira, Florestas Energéticas, Produtores Independentes, Associações Estaduais e Médias Empresas. O Conselho Consultivo, presidido por Daniel Feffer, acompanhará o trabalho do Deliberativo, contribuindo no aprimoramento do Plano de Metas.

Destacamos também a atuação das empresas nos diversos Comitês Temáticos da Ibá, formados por executivos das empresas e representantes da associação, que têm a responsabilidade de levar



adiante o Plano de Metas, contribuindo para a atuação proativa – e não reativa – da associação. São mais de 400 executivos, que atuarão nos seguintes Comitês: Florestal, Biotecnologia, Certificação Florestal, Comunicação, Jurídico, Mudanças Climáticas/Carbono Florestal, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Qualidade Técnica/Painéis Laminados, Tributário e Fiscal, e Sustentabilidade.

AGROANALYSIS **Qual será a atuação da Ibá em relação às árvores geneticamente modificadas?**

EC Queremos ampliar e aprofundar o debate desse tema em fóruns nacionais e internacionais, de forma transparente e engajando a sociedade civil nesse processo. É importante considerar as inovações tecnológicas. O melhoramento genético convencional tem contribuído para os ganhos de produtividade, mas as empresas têm realizado altos investimentos em pesquisa para ir além. Isso já é uma realidade. O primeiro pedido para uso comercial de árvores geneticamente modificadas foi submetido à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), que é o órgão do Governo que regulamenta esse processo. No Brasil, esta regulamentação é bastante sólida e robusta e exige análises diversas, que vão do risco ao ambiente a questões de saúde humana. O importante é criar uma agenda positiva e transparente para tratar do tema.

AGROANALYSIS **As empresas florestais são sensíveis quanto às questões ambientais?**

EC As empresas, além de cumprirem a legislação ambiental, mantendo Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL), também investem nos processos de certificação do FSC e do CERFLOR, atendendo rigorosos princípios ambientais e sociais. A preservação ambiental garantirá a perenidade do negócio, e o setor de árvores plantadas brasileiro é referência mundial na área. Por sua vez, a atuação social nas comunidades ao redor das empresas promove a geração de emprego e de renda e a fixação de pequenos produtores rurais no campo, entre outros benefícios.

AGROANALYSIS **A tecnologia pode ser considerada uma área forte no reflorestamento?**

EC As empresas investem fortemente em tecnologia, seja na área de genética, para a produção das mudas ou a definição dos melhores clones, seja em máquinas e equipamentos, para a melhor eficiência operacional. Hoje, o Brasil é um dos países que apresenta a maior produtividade por hectare/ano, e este desempenho é resultado dos investimentos em pesquisa e tecnologia na produção e no manejo florestal.

AGROANALYSIS **Como atrair investimentos internacionais?**

EC As medidas para melhoria da competitividade e a segurança jurídica são fundamentais para atrair novos investimentos. O fato de o Brasil ser referência mundial em manejo sustentável e na atuação socioambiental é um atributo considerado importante entre os investidores. A Política Nacional de Florestas Plantadas terá papel decisivo nesse movimento.

AGROANALYSIS O **Brasil tem espaço como *player* global no setor florestal?**

EC O Brasil já atua globalmente no setor de produtos de base florestal plantada, e há muitas oportunidades para o crescimento sustentável desta atuação. Trabalhamos nesse sentido. ■

Macroeconomia

INVESTIMENTO NA COPA DO MUNDO

Cristina Fróes de Borja Reis*

O CAMPEONATO mundial de futebol no Brasil avança, e o sentimento a seu favor se fortalece, bem como a crença de que esta pode ser "a Copa das Copas". A alegria da torcida e a magia do futebol no Brasil tem demonstrado grande poder para contagiar o mundo, mas ainda desperta desconfianças e ressentimento nos brasileiros. A despeito do apoio cada vez mais geral, há críticas quase consensuais em relação à forma com a qual o evento se viabilizou: problemas de planejamento e execução que não possibilitaram a conclusão da estrutura prevista; as mortes nas obras; as remoções truculentas para a construção dos estádios e entornos; e a submissão aos desmandos da FIFA. Por outro lado, embora já seja um fato consumado, continua grande a polêmica sobre a concepção dela, ou seja, se era desejável a sua realização em um país com tantos problemas sociais. Do nosso ponto de vista, apesar deles, a Copa é bem-vinda quando se considera a importância dos projetos de investimento a ela vinculados para a dinamização da atividade econômica. Nesse sentido, foi interessante e necessária a participação do setor público nestes investimentos, cerca de 83% do total dos R$ 26 bilhões gastos em cerca de oitenta e um projetos para a Copa, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Antes de explicar os motivos para essa posição, cabe frisar que, em termos líquidos, a Copa deve se pagar, já que a projeção inicial do governo federal sobre o total a ser movimentado no evento é de R$ 30 bilhões (conforme estudo da Fipe e do MTUR que tomou como base o impacto da Copa das Confederações, em 2013). Mas, além das transformações associadas aos mercados das arenas (sendo que o do futebol tem o potencial de movimentar R$ 60 bilhões por ano e empregar até 2,1 milhões de pessoas, de acordo com a FGV), destacam-se as conquistas nos setores relacionados ao turismo (como hotelaria, restaurantes e bares) e, principalmente, à infraestrutura. Por exemplo, para receber os até 4 milhões de turistas esperados para a Copa, a capacidade dos aeroportos cresceu 36%, a rede hoteleira ampliou a oferta de hospedagem em 20%, (criando mais de 5 mil quartos) e se executaram diversos programas de mobilidade urbana. Além disso, pelas estimativas da FIFA, aproximadamente 3 bilhões de telespectadores do mundo acompanharão a Copa – o que deve atrair novos turistas e empresas.

Em particular, os investimentos públicos são importantes por alavancar a taxa de investimento total, o que é oportuno, especialmente no atual contexto brasileiro de baixo crescimento econômico. Diferentemente do que a abordagem da ortodoxia na Economia tenderia a dizer, o investimento público não tende a substituir o investimento privado. Em geral, ambos são complementares, isto é, o maior investimento público tende a elevar o privado também. Os mecanismos centrais de indução são quatro, sendo dois sobre a demanda e dois sobre a oferta. Do lado da demanda, o primeiro mecanismo é o efeito multiplicador – neste caso, trata-se da proporção em que a elevação do investimento público afeta o produto total da economia, considerando o efeito direto desse aumento inicial da demanda agregada e o gasto induzido em consumo efetuado pelos trabalhadores empregados nos setores que tiveram a produção impactada pelo aumento dos gastos autônomos. O segundo mecanismo é a expansão e integração físicas do mercado interno, sobretudo por meio da infraestrutura. Assim, renovadas e ampliadas redes de transporte, telecomunicações, serviços de luz/água/gás/rede sanitária conectam mais pessoas, ampliando-se as possibilidades de mercado para as empresas.

Do lado da oferta, o primeiro mecanismo de indução do investimento privado é a elevação de sua produtividade, derivada da redução de custos de produção e aumento da escala propiciados pelos investimentos públicos. O outro mecanismo é a demanda autônoma que o investimento público e a política de compras das empresas estatais podem constituir para o setor privado, incentivando o uso de capacidade ociosa ou a extensão da capacidade produtiva, que, de outra forma, não teriam estímulos para ocorrer. Quanto mais intensivos em capital e tecnologia forem os setores impulsionados pela demanda originada pelo investimento público, mais se direciona a estrutura industrial para uma configuração de maior dinamismo para a economia. Como conclusão, os investimentos públicos na Copa do Mundo no Brasil, além de não terem sido um prejuízo em termos absolutos, estão contribuindo para dinamizar e favorecer a expansão do investimento privado e da economia em geral, ou pelo menos para que o atual cenário estagnado não seja ainda pior. ■

* Professora de Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail
psroque@uol.com.br ou paulo@sincronismocomunicacao.com

SÃO PAULO LANÇA PRIMEIRA SEMENTE DE MILHO ORGÂNICA


SHUTTERSTOCK

A primeira semente orgânica brasileira de milho foi lançada pela secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Mônika Bergamaschi, durante a Bio Brazil Fair, realizada no Parque do Ibirapuera, na capital paulista. O setor, carente de sementes selecionadas, passa a contar, a partir de agora, com a variedade AL Avaré, não híbrida, considerada de ótima genética, destinada à indústria e à exploração de milho verde, com capacidade para produzir até 8 toneladas por hectare em sistema normal de cultivo na safra de verão, com ciclo de 140 a 180 dias. É, também, a primeira semente orgânica brasileira a receber o selo do IBD (Instituto de Biodinâmica). A secretária anunciou que estão sendo pesquisadas sementes orgânicas de outras culturas e que já estão em processo de certificação sementes de batata, feijão, cebola, hortaliças e café.

SOBE O CUSTO DE PRODUÇÃO DA PECUÁRIA

Os pecuaristas tiveram mais despesas com a atividade no primeiro trimestre de 2014, afirma o boletim Ativos da Pecuária de Corte, elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP). De acordo com a publicação, os custos aumentaram devido à valorização do bezerro, ao encarecimento da suplementação mineral e ao reajuste do salário-mínimo.


SHUTTERSTOCK

RALLY DA PECUÁRIA


SHUTTERSTOCK

Os resultados do Rally da Pecuária 2014 apontam um maior uso de tecnologias; entre as quais, o confinamento na terminação foi responsável pelo aumento da produção de carne bovina no Brasil. Para este ano, a empresa, que avalia a qualidade das pastagens e da produção em vários polos de pecuária do País, projeta um aumento de 4,1% na produção de carne bovina, para 10,65 milhões de toneladas (equivalente carcaça). De acordo com o levantamento, em 2014, o volume de animais confinados no Brasil deve alcançar 4,66 milhões de cabeças, ante 4,38 milhões de animais em 2013, um avanço de 6,4%. Cinco equipes técnicas visitaram propriedades em 165 municípios de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia, São Paulo e Tocantins, que respondem por mais de 75% do rebanho bovino nacional e 85% da produção de carne.

NUTRIÇÃO DE PASTAGENS

O Rally da Pecuária 2014 observou que está crescendo a demanda por tecnologias de nutrição de pastagens. Pelo menos 45% dos produtores entrevistados afirmaram corrigir e adubar. No entanto, nos 940 mil hectares de pastos por onde as equipes do Rally passaram, pelo menos 11% das áreas estão degradadas ou em estágio avançado de degradação. A expedição também observou a presença de erosão e de plantas invasoras, além de um histórico de utilização dessas pastagens relatado pelos pecuaristas. Tomando por base a área total de pastagem brasileira, isso significa que 19 milhões de hectares de pastos precisarão de intervenção nos próximos dois anos. Seriam necessários R$ 10 bilhões a R$ 15 bilhões para reformar o pasto que já estragou.

REDE DE ARMAZENAGEM BRASILEIRA SOFRE QUEDA

Segundo levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a rede armazenadora de produtos agrícolas em operação no País apresentou uma queda de 0,3% no número de estabelecimentos ativos, comparativamente ao primeiro semestre de 2013. No segundo semestre de 2013, esta rede contava com 9.185 estabelecimentos ativos, dos quais 4.145 encontravam-se na região Sul; 2.029, na região Centro-Oeste; 1.979, na Sudeste; 722, na Nordeste; e 310, na Norte.

CRISE NA BORRACHA

A crise no mercado global da borracha registrou, nos últimos dois anos, queda de 42% no preço da borracha natural e, no Brasil, chegou a um ponto em que, de acordo com a Associação Brasileira de Produtores e Beneficiadores de Borracha Natural (ABRABOR), o bimestre abril-maio deste ano foi marcado pela inviabilização do beneficiamento do produto, afetando a indústria, as usinas e, principalmente, o campo, ameaçando mais de 50 mil postos de trabalho. A ABRABOR divulgou a "Carta ao Brasil", na qual chama a atenção do governo brasileiro e de todas as cadeias que integram o setor para o risco de colapso da heveicultura nacional. No documento, são apresentadas três propostas para amenizar a crise: política de garantia de preço mínimio, que já está sendo adotada; redução do IPI em 15%; e aumento da alíquota do imposto de importação de 4% para 35%.

MEDIDA EQUILIBRADA

Para o produtor e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), João Sampaio Filho, a redução do IPI é a medida mais equilibrada. Seu argumento é que a indústria pneumática consome 80% da produção e paga um IPI muito alto e que, neste momento, a forma mais eficiente e menos onerosa é o Governo abrir mão de parte deste imposto e, consequentemente, estabelecer um preço mínimo a ser pago pela borracha. A seringueira é cultivada em: São Paulo (55,3% da produção brasileira); Bahia (15,9%); Mato Grosso (8,9%); Minas Gerais (6,3%); Goiás (4,7%); Espírito Santo (3,8%); e o restante é dividido entre Pará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Paraná, Amazonas e Acre.

VEM AÍ O CONGRESSO DA ABAG



DIVULGAÇÃO

No próximo dia 4 de agosto, acontecerá, em São Paulo, o 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio). Sob o tema "Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo", serão debatidas as políticas públicas em relação aos principais temas das cadeias produtivas do setor: desenvolvimento sustentável, competitividade, orientação aos mercados, segurança jurídica e governança institucional. Um dos destaques será a apresentação, em vídeo, das propostas para o agronegócio brasileiro dos candidatos à Presidência da República mais bem colocados nas pesquisas.

CENTRO DE PESQUISA DO PESCADO É INAUGURADO NO INTERIOR PAULISTA

O governador Geraldo Alckmin inaugurou, em São José do Rio Preto-SP, o Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio do Pescado Continental do Instituto de Pesca. Na ocasião, foi assinado o Decreto Estadual do Licenciamento da Aquicultura, com o objetivo de facilitar aos piscicultores a regularização dos seus empreendimentos, com base na legislação. A nova unidade do Instituto de Pesca tem capacidade para atender cerca de 300 interessados por mês, entre produtores rurais e estudantes, do Ensino Fundamental aos cursos de Pós-Graduação. Estão previstos quatro laboratórios, e serão instalados quarenta e cinco viveiros experimentais, totalizando 36.800 m^2 de área alagada, com capacidade para produzir até 1.200.000 alevinos de diferentes espécies e 64,2 toneladas de pescado por ano.

VBP NO CAMPO CHEGA A R$ 448,9 BILHÕES

Segundo estimativas do Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária deve chegar a R$ 448,9 bilhões em 2014 (aumento de 2,5% quando comparado ao do ano passado), considerado pelo Governo como o maior desde 1989. O faturamento alcançado na região Centro-Oeste é de R$ 112,4 bilhões; na região Sul, de R$ 108,4 bilhões; no Sudeste, de R$ 107,7 bilhões; no Nordeste, de R$ 42,2 bilhões; e no Norte do País, de R$ 17,9 bilhões.


SHUTTERSTOCK



Um Paraná por ano é perdido."

CARLOS ARMÊNIO KHATOUNIAN, professor da Esalq/USP, doutor em Agroecologia e Agricultura Orgânica, referindo-se às estimativas da FAO, que indicam que, anualmente, no Planeta, 5 milhões de hectares entram em processo de desertificação, o equivalente à área cultivada com grãos naquele estado

"Buscamos sempre a solução que melhor atenda a cadeia produtiva, mas, caso se observe a unilateralidade das ações de salvaguarda do setor, precisaremos de apoio do Governo em medidas que defendam o elo produtor – usinas de beneficiamento e produtores rurais –, que tanto tem a oferecer à sociedade brasileira. Mas, o risco do colapso é eminente."

FERNANDO DO VAL GUERRA, presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, do Ministério da Agricultura, sobre a crise no setor – retração de demanda mundial e queda no preço da borracha bruta

"Ainda existe certo temor em relação à carne suína, por ela ainda carregar o estigma de que pode provocar cardiopatias, o que é um mito. Hoje, a produção brasileira ganhou com a tecnologia e respeita as condições de higiene. Por isso, costumamos dizer que o suíno deixou, há muito tempo, de ser porco."

RUI EDUARDO SALDANHA VARGAS, vice-presidente da Divisão de Suínos da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

"Cerca de 90% do abate de ovinos e caprinos no Brasil ocorrem em condições sanitárias inadequadas e de forma clandestina, sem controle sanitário, o que limita a oferta de produtos de qualidade nos mercados consumidores."

CARLOS FREDERICO LACERDA, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), durante a apresentação do Estudo do Complexo da Ovinocaprinocultura no Brasil, realizado pelo Sebrae Paraíba, em João Pessoa

"Dilma vai aprovar o programa de refinanciamento para produtores rurais, até porque isso já foi negociado com o governo federal."

LUIS CARLOS HEINZE, deputado federal (PP-RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), autor da emenda que reabre o programa de refinanciamento dos débitos dos produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União (DAU)

"Esta legislação modifica-se a cada cinco anos. O que há de novo na edição de 2014 é o lançamento de novos programas de proteção ao produtor com pagamento direto. Eles elevaram o teto do preço médio e articularam mecanismos para seguro agrícola. Agora, o agricultor pode produzir milho, soja e trigo com até 80% de seguro. No algodão, é até 90%."

LUCIANE CHIODI BACHION, pesquisadora sênior da Agroicone, ao explicar os efeitos da Farm Bill, lei agrícola norte-americana, que deverá trazer prejuízos de até 5% à receita de exportação de algumas culturas brasileiras, como soja, milho e algodão, até 2018

"Se considerarmos que, dos 18 milhões de agricultores que adotaram biotecnologia no mundo, 90% eram pequenos produtores, o impacto na qualidade de vida fica claro."

ADRIANA BRONDANI, diretora executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), ao destacar que os organismos geneticamente modificados (OGM) também fazem contribuições socioeconômicas, uma vez que, segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA), em média, para cada dólar investido em sementes transgênicas, se recebe três vezes este valor

Plano Real

A INFLAÇÃO VINTE ANOS DEPOIS

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

NO INÍCIO de julho deste ano, serão comemorados vinte anos da introdução do real na economia brasileira. O lançamento da moeda fazia parte de um conjunto mais amplo de medidas, chamado de Plano Real, cujo objetivo era controlar a inflação. Atualmente, é difícil negar que este plano não tenha alcançado de forma satisfatória seus objetivos. Todavia, apesar do sucesso, as medidas do Plano Real moldaram o perfil da inflação que temos até hoje aqui no Brasil. Ao entender as estratégias adotadas para conter a alta dos preços, ficam claras diversas características da inflação brasileira.

Como o Plano Real conseguiu controlar a inflação?

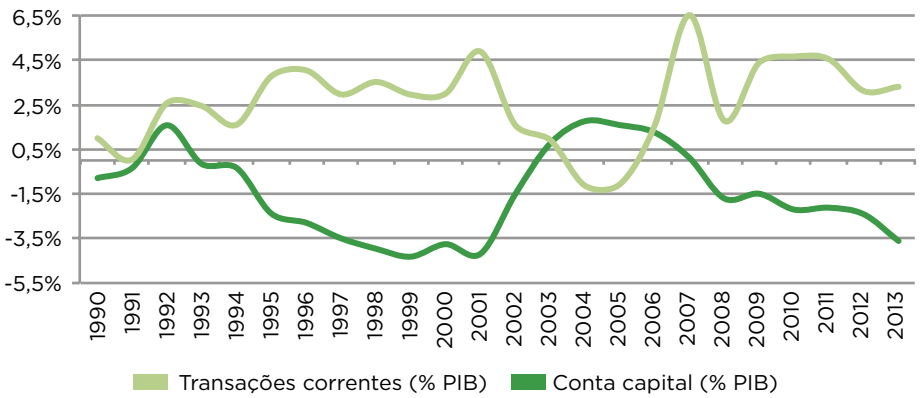
Entre os diversos instrumentos adotados pelo Plano Real, três medidas merecem especial destaque:

1) Criação da URV (Unidade Real de Valor): a URV era uma moeda fictícia, calculada diariamente pelo Banco Central e que oscilava de acordo com o dólar, para que o reajuste de preços e salários caminhasse na mesma velocidade. Na verdade, os preços em URV dos bens e serviços, entre os meses de fevereiro e junho de 1994, eram valores em dólar. A unidade de conta valorizava paulatinamente em relação ao cruzeiro real (moeda corrente na época). A moeda fictícia era importante para eliminar a inflação inercial; enquanto a inflação puxava para cima os preços em cruzeiro real, os preços em URV permaneciam constantes. O período de fevereiro a junho de 1994 foi utilizado para que os contratos fossem aos poucos sendo ajustados, passando a ser precificados pela URV, e não mais por cruzeiro real. Ao final deste período, o cruzeiro real foi substituído pelo real, que valia exatamente o mesmo valor da URV, que também deixou de existir.

2) Uso da âncora cambial: uma vez que uma forte redução da inflação levaria a um aumento no rendimento médio real dos trabalhadores brasileiros, o consumo aumentaria e poderia pressionar os preços, realimentando novamente o processo inflacionário. Para evitar que o aumento do consumo pressionasse excessivamente os preços, apreciou-se fortemente a taxa de câmbio, que passou a operar em patamares próximos de R$ 1/US$. Esta medida, também conhecida como âncora cambial, permitiu a entrada de produtos importados, de forma a evitar que os preços de bens nacionais *tradables* subissem. Se, por um lado, acredita-se que essa estratégia segurou a inflação de fato; por outro, ela atingiu fortemente a indústria e os setores exportadores brasileiros, fazendo o Brasil registrar déficits em transações correntes.

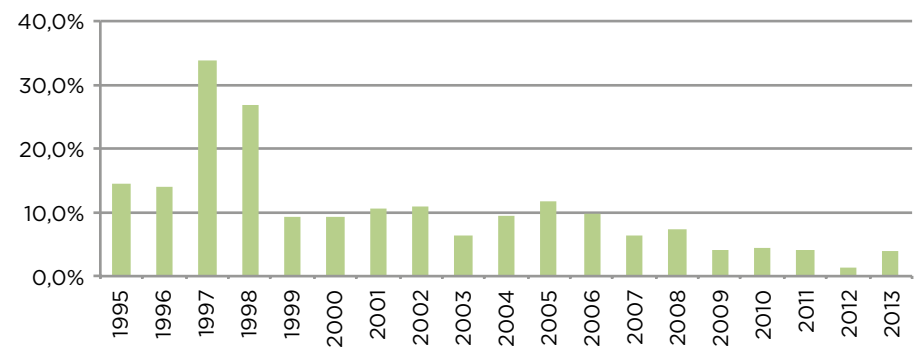
3) Elevação da taxa real de juros: a taxa de juros contribuiu simultaneamente em duas frentes para ajudar no combate à inflação. De um lado, encareceu o crédito, desaque-

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES DA CONTA DE CAPITAL (% PIB EM US$)



Fonte: Banco Central

TAXA DE JUROS REAL – SELIC (DEFLACIONADA PELO IPCA % A.A.)



Fonte: Banco Central; IBGE

cendo a demanda; e, de outro lado, tornou os títulos públicos brasileiros mais atraentes, atraindo capitais de curto prazo, que ajudaram a financiar o déficit das transações correntes gerado pela âncora cambial.

Enfim, o Plano Real conseguiu conter a inflação brasileira, eliminando a inércia inflacionária (adoção da URV) e evitando o aumento dos preços dos bens nacionais *tradables* por meio da concorrência dos produtos importados (âncora cambial e elevada taxa de juros real). Nesse ponto, é preciso ter claro que estes instrumentos não foram suficientes para segurar todos os preços da economia. Enquanto os bens *tradables* enfrentavam a concorrência dos importados, o que proporcionou uma inflação menos intensa para tais bens; os bens *non-tradables* (notadamente do setor de serviços) tiveram amplo espaço para subir. A inflação de demanda pressionando principalmente os preços dos serviços se tornou uma característica da economia brasileira que permanece até os dias atuais.

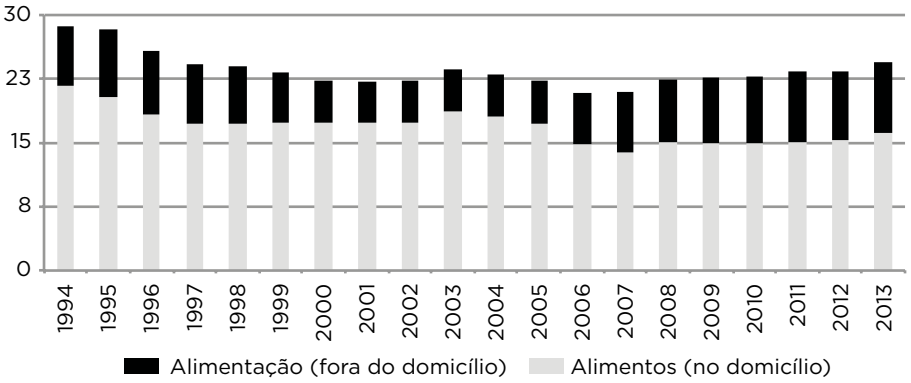
Herança do Plano Real para a inflação atual

Ao observar a evolução da inflação dos grupos que compõem o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fica claro que os preços dos itens associados aos bens *tradables* (artigos de residência e vestuário) foram os que menos cresceram nos últimos vinte anos: 96,7% e 163,2%, respectivamente. Esse baixo crescimento é resultado da combinação entre:

- a apreciação cambial que vigorou durante quase todo o período, com exceção dos anos entre 1999 e 2003; e
- a produção de manufaturas pela China, que jogou para baixo os preços desses bens.

Por outro lado, foi justamente a inflação dos bens associados ao setor de serviços que mais acelerou ao longo do período. Os preços de saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais e de educação cresceram, respectivamente, 321,6%, 343,8% e 409,5% desde 1994. Essa inflação de serviços é resultado, de um lado, da expansão da renda ao longo de todo esse período e, do outro, da ausência da competição dos importados (é difícil importar um serviço).

PESO MÉDIO ANUAL NO IPCA: ALIMENTOS *VS.* ALIMENTAÇÃO (%)



Fonte: IBGE

Até mesmo nos dias de hoje, é esse o comportamento que tem se observado na inflação brasileira. Enquanto os produtos industriais têm ajudado a segurar a inflação via âncora cambial, mesmo que em detrimento do setor industrial nacional, a expansão da renda tem aumentado a demanda no mercado interno, pressionando os preços de serviços e, por fim, elevando o IPCA, apesar da âncora do lado industrial.

Qual a contribuição da agroinflação?

O preço dos alimentos subiu fortemente nos últimos vinte anos, principalmente na última década. Esta alta de preços também ajudou a pressionar o IPCA, porém, apesar do ciclo de alta das *commodities* agrícolas, a inflação dos alimentos foi menor do que a inflação da alimentação fora de casa – e é importante não confundir essas duas categorias. O IPCA tem duas desagregações que permitem acompanhar o quanto estão subindo: (i) o preço dos alimentos na prateleira do supermercado (categoria Alimentação no domicílio) e (ii) o preço da refeição já pronta (Alimentação fora do domicílio). Enquanto, acumulada nos últimos vinte anos, a primeira evoluiu 218,6%, a última aumentou em 313,8%.

Essa disparidade está completamente associada à inflação de *tradables* e *non-tradables* já discutida nos parágrafos anteriores. Como alimentos – ao menos parte deles – são bens que podem ser importados ou têm seus preços cotados no mercado internacional, a âncora cambial ajudou a segurar parte do aumento dos preços desses produtos resultado do ciclo de alta das *commodities* agrícolas. Por outro lado, o preço da alimentação combina tanto o preço dos alimentos, quanto o dos serviços associados ao preparo e comercialização da refeição. Mais do que o aumento nos preços dos alimentos, a inflação de serviços fez com que a alimentação ficasse mais cara no Brasil nos últimos vinte anos – afinal trata-se de um bem *non-tradable*.

Por fim, a distinta dinâmica da evolução dos preços dos alimentos e da alimentação também fica clara ao observar o peso de cada item dentro do IPCA. Enquanto o peso da alimentação aumentou levemente ao longo dos últimos vinte anos, o peso dos alimentos dentro da inflação oficial brasileira diminuiu, apesar de passarmos por um forte ciclo de alta das *commodities* agrícolas – de forma mais detalhada, o peso dos alimentos no IPCA até aumentou desde 2007, mas, ainda assim, terminou 2013 com uma participação bem menor do que em 1994. Enfim, é importante não confundir inflação de alimentos com inflação da alimentação e ter claro que a dinâmica dos preços de cada categoria de produtos evoluiu de forma distinta. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) – rc.possamai@gmail.com

Logística brasileira

PERSPECTIVAS E OPORTUNIDADES

Marcos Antônio Matos*

O *AGRIBUSINESS* possui fundamental importância na economia brasileira, devido à participação no PIB e na balança comercial e aos empregos gerados. O setor apresentou significativa evolução nos últimos anos, com um crescimento de 3,6% do PIB em 2013, atingindo R$ 1 trilhão, com exportações que ultrapassaram US$ 100. Nesse contexto, o Brasil é reconhecidamente uma potência na produção de grãos, fibras, carnes e biocombustíveis e na geração e difusão de conhecimento e tecnologia.

Na medida em que os avanços econômicos do Brasil possibilitaram um aumento de renda e de consumo para população nos últimos anos, surgiram gargalos de infraestrutura em vários segmentos de mercado, exigindo investimentos públicos e privados.

Em 2012, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que engloba um conjunto de projetos que contribuirão para o desenvolvimento de um sistema de transportes moderno e eficiente e que serão conduzidos por meio de parcerias estratégicas com o setor privado.

De acordo com o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA), a exportação de grãos no estado pode chegar a 20 milhões de toneladas nos próximos anos, ampliando a produção para 39 milhões de toneladas ao ano.

Com a inauguração do Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), em Barcarena, no Pará, estão sendo apresentados os novos cenários para o escoamento da produção do médio-norte do Mato Grosso, a partir da nova rota do agronegócio. Diante desse contexto, a parceria entre a Bunge e o grupo Amaggi resultou no projeto de transporte hidroviário, que será feito pela Unitapajós, a *joint venture* entre as duas empresas.

A Unitapajós tem como meta movimentar 4 milhões de toneladas de grãos, com investimentos previstos de R$ 700 milhões no corredor. Para tanto, será necessário o aumento da profundidade do canal em mais alguns metros, permitindo o embarque de navios com mais 120 mil toneladas de grãos. Tal estratégia poderá trazer uma economia de 20% no tempo de transporte para a Europa e de 15%, para a China.

Outras empresas, como a Cargill, a Hidrovias do Brasil, a Unirios, a Reicon, a Cianport, entre outras, pleiteiam terminais previstos para Miritituba.

Com o asfaltamento da BR-163 em fase de conclusão, conectando Cuiabá a Santarém, e os terminais de transbordo em Miritituba, no Tapajós, a safra de grãos poderá ser escoada pela hidrovia até Santarém ou Santana, no Amapá, em contraponto aos atuais deslocamentos longos por rodovias até os Portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), conforme se pode observar na figura ao lado. Ressalta-se que, a partir do Porto de Miritituba, em Itaituba-PA, a produção seguirá em barcaças até o porto de Barcarena, onde a carga será baldeada e exportada em navios graneleiros.

As quatro gigantes do *agribusiness* – Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus –, que respondem por mais de 40% das exportações de soja em grão, negociam uma aliança estratégica para criar uma empresa de logística e participar dos leilões de concessão de ferrovias, interligando-se aos portos do Norte, com investimentos totais de R$ 10 bilhões.

Alinhados às necessidades para aumentar a competitividade da agricultura brasileira, destacam-se o Porto de Morrinhos, a 80 quilômetros de Cáceres-MT, e a ampliação da ferrovia Ferronorte, que ligará Porto Velho-RO e Santarém-PA, com ramal que cruzará Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, com destino final no Porto de Santos (SP).

O novo terminal portuário de Morrinhos é de fundamental importância para a logística do Mato Grosso, que será feita pela hidrovia Paraguai-Paraná, como uma alternativa viável em relação ao congestionado Porto de Santos, em São Paulo. Segundo o IMEA, a hidrovia Paraguai-Paraná no sentido da Bacia do Prata poderá reduzir em 25% os custos com fretes, alavancando a competitividade do estado, na exportação de soja, milho e algodão.

NOVO CORREDOR DE ESCOAMENTO DE GRÃOS PELO PARÁ A PARTIR DO CENTRO-OESTE



Em relação à Ferronorte e o relevante papel da citada ferrovia no crescimento econômico da região central do Brasil, a rota já está em processo avançado de instalação e terá capacidade de carregamento de 10.000 toneladas em seis horas.

Os investimentos em novas rotas para o escoamento, com ênfase nas hidrovias e ferrovias, não apenas reduzirão significativamente o custo do frete e resultarão em maior competitividade à produção brasileira, mas promoverão a integração regional entre os países do Mercosul, com importante papel na utilização do potencial regional existente e das vantagens comparativas fundamentais para se estabelecer a sustentabilidade nas cadeias de valor. ■

*Engenheiro agrônomo, mestre e coordenador técnico da FGV Projetos



Dia Internacional do Cooperativismo 2014

Cooperativas conquistam desenvolvimento sustentável para todos

Crescer e desenvolver comunidades em todo Brasil de um jeito humano, inteligente e sustentável. Com base em princípios de ajuda mútua, solidariedade, participação igualitária e democrática, transparência e responsabilidade social. É assim que as cooperativas contribuem com o futuro do país e transformam o mundo.

5 de julho de 2014, Dia Internacional do Cooperativismo, vamos celebrar a confiança e a força do cooperativismo, com a certeza de que juntos fazemos a diferença.

Coop Cooperativas constroem um mundo melhor

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

China

A DEMANDA POR ALIMENTOS

Andréa C. Bertolini*

SEGUNDO AS estatísticas do governo da China, durante os anos de 2012 e 2013, o PIB do país cresceu 7,8% e 7,7%, respectivamente. A expectativa é de que, em 2014, o PIB da China cresça 7,5%. Com a finalidade de assegurar este crescimento, o governo tem incentivado a liberdade de mercado, reduzido a intervenção do Estado na economia, realizado reformas tributárias, flexibilizado a política do filho único e feito mudanças no sistema de concessão de terras. Destacam-se, entre os resultados obtidos, o aquecimento da economia, o crescimento do número de empregos urbanos, uma maior arrecadação fiscal e o aumento do poder aquisitivo da população. Esse cenário tem contribuído para o aumento do consumo de alimentos e de matérias-primas. Entre os principais desafios do governo, está o desenvolvimento de uma agricultura mais competitiva, que atenda a crescente demanda por alimentos e garanta a segurança alimentar. Tema sensível que, por razões históricas da China, é vinculado à sua estabilidade política, a segurança alimentar é considerada como uma das prioridades do governo. Os constantes investimentos do governo na aquisição e na comercialização de estoques de produtos agroalimentares são exemplos da importância atribuída à segurança alimentar e ao controle da oferta e distribuição de alimentos.

De acordo com o Plano Nacional de Urbanização, até 2020, aproximadamente 100 milhões de chineses deslocar-se-ão das áreas rurais para os centros urbanos, aumentando o consumo e disponibilizando cerca de 36,6 milhões de hectares de terras. Atualmente, a agricultura na China é baseada em pequenas propriedades, sendo a área média estimada para a maioria das propriedades rurais de 0,7 hectares. Aproximadamente 56% das propriedades rurais chinesas têm menos de 3 hectares; 22% têm entre 4 e 7 hectares; 19%, entre 8 e 33 hectares; e apenas 3% têm mais de 33 hectares, refletindo a predominância do modelo de agricultura familiar e de pequenos produtores. O Plano Agrícola de 2014 da China reafirma o discurso do governo sobre a segurança alimentar e a autossuficiência, sempre presente nos planos agrícolas anteriores. O Plano Agrícola atual tem, porém, diretrizes que incentivam os programas de subsídios com base na produtividade; a redução da degradação ambiental; a modernização da agricultura; e as reformas no sistema de transferência e concessão de terras. São mencionadas, também, ações que incentivam investimentos em mecanização e irrigação agrícola; pesquisas para obtenção de variedades mais produtivas; projetos de infraestrutura e logística das áreas rurais; e programas nacionais de financiamento para produção de grãos. Observa-se, portanto, que o governo está adotando diretrizes que contribuem para o desenvolvimento de uma agricultura de grande escala, mecanizada, com foco no aumento da produtividade, que atenda a crescente demanda de alimentos e que suporte o êxodo rural previsto pelo Plano de Urbanização.

Como resultado dos esforços para modernizar a agricultura, a produtividade agrícola da China tem aumentado nos últimos anos. Porém, apesar da produção de grãos, estimada, em 2013, em 602 milhões de toneladas, a escassez de recursos naturais, principalmente de terras agricultáveis e de água, e a acelerada degradação ambiental são obstáculos relevantes ao crescimento da agricultura na China. Em 2013, enquanto a balança comercial total da China apresentou um superávit de USD 259.730 milhões; sua balança comercial agrícola teve déficit de USD 61.170 milhões. No mesmo ano, o comércio da China para produtos agropecuários somou USD 195.325 milhões, dos quais USD 128.247 milhões foram provenientes das importações e USD 67.078 milhões, das exportações. Nos últimos oito anos, as importações de alimentos pela China aumentaram em 255%, enquanto suas exportações aumentaram em 115%.

O crescente déficit da balança comercial agrícola da China (de USD 4.915 milhões, em 2006, para USD 36.050 milhões, em 2013) indica que o aumento da sua produtividade agrícola está aquém do aumento de sua demanda por alimentos. A China deve, portanto, continuar aumentando suas importações de alimentos e de matérias-primas nos próximos anos, bem como seus investimentos em países que possam prover tais produtos. Devido à competitividade de sua agricultura e à diversidade de sua produção agrícola, o Brasil é um dos principais países que têm condições de responder a esta demanda. ■

Este artigo reflete a opinião da autora, e não da instituição que representa.

* Adida agrícola da Embaixada do Brasil em Pequim, na China

Uma segunda Revolução Verde

O IMPASSE ENTRE TECNOLOGIA E ECONOMIA

PASSADOS MAIS de cinquenta anos do início da Revolução Verde, a insegurança alimentar ainda se mostra presente em diversas regiões do Planeta. Apesar da grande contribuição para elevar a produtividade agrícola e afastar o "fantasma malthusiano", o maior uso da tecnologia não foi suficiente para sanar completamente o problema da fome, especialmente na Ásia e na África. Dentre as razões para isso, pode-se apontar o acelerado crescimento populacional e o limitado acesso à tecnologia por parte de segmentos menos empresariais da agricultura, o que reduziria o potencial revolucionário dessas tecnologias.

Este último argumento sobre a dificuldade de acesso às tecnologia é apontado em diversos relatórios da FAO/ONU e outros órgãos especializados, que, apesar de enfatizarem a importância de novas tecnologias, ressaltam que sem políticas sociais que facilitem a difusão tecnológica entre agricultores poucos resultados serão obtidos no sentido de reduzir a fome em regiões à margem do comércio internacional de alimentos.

Nesse sentido, observam-se criticas à forma como a Revolução Verde do século passado direcionou-se a alguns produtos em detrimento de outros. Boa parte dos incrementos tecnológicos que ocorreram nos últimos cinquenta anos ocorreu devido a avanços no campo da genética e melhoramento de variedades. A chamada "Revolução Genética" contribuiu para uma elevação expressiva da produtividade de alguns grãos, como milho e trigo, porém não trouxe os mesmos avanços em outros produtos fundamentais para a alimentação, como o arroz.

Também é mencionado o fato de diversos problemas enfrentados por pequenos agricultores em regiões pobres, como enchentes e secas, não terem recebido tanta atenção de melhoradores na busca de variedades mais resistentes. A maior parte das variedades transgênicas foi desenvolvida de forma a se tornar resistente a herbicidas e fungicidas, o que facilitou o controle de pragas.

São justamente essas questões que parecem ser contempladas numa segunda Revolução Verde, iniciada na última década, tendo o arroz como protagonista principal. Apesar de o arroz figurar como um dos principais produtos focados no início da Revolução Verde nos anos 1960 e ter apresentado grande aumento de produtividade, este produto foi pouco beneficiado por avanços genéticos nas últimas décadas. A produtividade do arroz chegou, inclusive, a cair na Ásia, a partir de meados dos anos 80. Ao se considerar o aumento populacional deste continente no mesmo período, observa-se um crescente *gap* entre a produção e o consumo deste cereal fundamental para a alimentação local.

O sequenciamento genético do arroz, realizado em 2005, permitiu o desenvolvimento de variedades mais resistentes a secas e enchentes, o que tem gerado impactos surpreendentes no uso de tais variedades por agricultores na Ásia. Contudo, não se observa movimento dos importantes *player*s do agronegócio no desenvolvimento de novas variedades de arroz com tais características. Uma explicação para isso estaria ligada a questões econômicas, dado que as variedades transgênicas de milho e de soja geram plantas estéreis, sendo necessário adquirir novas sementes a cada safra. Já as sementes de arroz só precisariam ser adquiridas uma única vez e podem ser replantadas pelos agricultores. Assim, essas novas variedades de arroz apresentam menor potencial de lucro do que as dos demais produtos transgênicos.

Além dessa questão de apropriabilidade de investimentos, essas variedades também apresentam um mercado potencial menor. Enquanto as variedades lançadas nas últimas décadas se mostravam produtivas sob variadas condições edafoclimáticas caso fosse utilizado um pacote de insumos, como o complexo NPK e defensivos; as novas variedades não apresentam a mesma versatilidade a diferentes condições. É justamente essa customização às diferentes situações, como secas e enchentes, que permite o maior incremento na produtividade. Assim, seria necessário o desenvolvimento de um número maior de variedades adequadas a situações mais específicas.

Quando consideradas conjuntamente essas duas características das novas sementes de arroz – o fato de elas serem estéreis juntamente ao fato do mercado potencial de cada nova variedade ser reduzido –, encontra-se uma barreira econômica para a exploração comercial delas por empresas privadas. Quando falhas de mercado como essa se apresentam, são necessárias políticas públicas visando o desenvolvimento de tais produtos. Até o momento, as pesquisas feitas para o desenvolvimento dessas novas variedades de arroz vêm sendo lideradas por instituições públicas.

Por outro lado, caso tais barreiras sejam superadas, essas novas variedades devem ter outros efeitos positivos semelhantes aos obtidos pela Revolução Verde no último século. Ao elevar a produtividade e permitir o cultivo em novas regiões, observou-se elevação dos investimentos na agricultura e o uso de outras formas de tecnologia, como a mecanização. ■

Biomassa

FUTURO DE INCERTEZAS

A EMPRESA de Pesquisa Energética (EPE) publicou, em junho último, os resultados definitivos do "Balanço Energético Nacional 2013 – ano base 2012". A sua finalidade é apresentar a contabilização relativa à oferta e ao consumo de energia no Brasil. O levantamento contempla as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, importação e exportação, a distribuição e o uso final da energia.

Fruto de extensa pesquisa, o documento constitui uma base de dados ampla e sistematizada, atualizada em ciclos anuais. De suma importância para os estudos relacionados ao planejamento energético nacional, o Balanço Energético Nacional (BEN) representa importante instrumento de pesquisa para estudos setoriais. Com estatísticas confiáveis, revela as tendências da oferta e do consumo de energia no Brasil.

Em 2012, a participação de renováveis na matriz energética brasileira manteve-se entre as mais elevadas do mundo, com pequena redução em comparação a 2011, de 44,0% para 42,4%, devido à menor oferta de energia hidráulica e de etanol.

A fonte biomassa – que inclui bagaço/palha de cana, lenha, lixívia e outras biomassas – atingiu uma geração equivalente a um terço do consumo anual residencial no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2012. Essa produção de bioeletricidade no Brasil, segundo a EPE, foi superior à geração de energia elétrica somada das fontes carvão, nuclear e eólica.

Enquanto a produção total de bioeletricidade cresceu 14% em relação a 2012, a oferta de energia para o sistema elétrico interligado (excluindo o autoconsumo) cresceu 32%, em um ano considerado crítico para a segurança do suprimento energético do País. ■

BRASIL: OFERTA DE ENERGIA (MTEP*)

Fontes	2011	2012
Renováveis	**119,8**	**120,2**
Energia hidráulica e eletricidade	39,9	39,2
Biomassa da cana	42,8	43,6
Lenha e carvão vegetal	26,0	25,7
Outras renováveis	11,1	11,8
Não renováveis	**152,5**	**163,4**
Petróleo	105,2	111,2
Gás natural	27,7	32,6
Carvão mineral	15,5	15,3
Urânio	4,2	4,3

* Milhões de toneladas equivalentes de petróleo
Fonte: BEN 2013

Cenário de preocupação

A inexistência de uma política setorial clara, estruturante e capaz de estimular o investimento compromete o desempenho da bioeletricidade no País. No último leilão, realizado em 6 de junho, com o baixo preço-teto e a concorrência direta com eólicas, nenhum projeto de biomassa foi vendido.

A única esperança e chance do ano de 2014 será o Governo reconhecer um preço-teto adequado para a biomassa, o que poderá acontecer em setembro próximo. Não existe outra alternativa, já que a geração por meio do bagaço de cana está proibida de participar do leilão de reserva que acontecerá em outubro.

Responsável por mais de 80% da capacidade instalada pela biomassa, o bagaço/a palha de cana materializa as preocupações com o futuro desta fonte na matriz elétrica brasileira, potencializadas com a indefinição também do papel esperado para o etanol na matriz de energia.

A comercialização nos certames regulados é condição essencial para a viabilidade da maioria dos projetos de bioeletricidade. Nenhuma cadeia produtiva intensiva em bens de capital consegue sobreviver com uma política de *stop and go*, como o modelo atual. É necessário estabelecer condições para que a bioeletricidade seja tratada como prioridade no planejamento elétrico brasileiro e o investimento seja estimulado novamente de forma consolidada e contínua.

Em agosto do ano passado, a bioeletricidade ofertada bateu recorde histórico. Esse índice representou 10% da carga de energia do submercado elétrico Sudeste/Centro-Oeste, justamente quando a energia armazenada em seus reservatórios apresentou o pior valor para aquele mês desde o ano de 2001. Responsável por mais de 60% do consumo brasileiro, o submercado Sudeste/Centro-Oeste é o principal submercado do País.

Causa preocupação o futuro da biomassa na matriz elétrica brasileira. Até 2022, somente a biomassa da cana gerará algo como 22 GW médios, quase cinco vezes a garantia física da usina Belo Monte, ou duas usinas de Itaipu. A preocupação reside na dificuldade de negociação de novos projetos nos leilões regulados promovidos pelo governo federal, considerados ainda a principal porta de entrada da bioeletricidade no setor elétrico nacional.

Zilmar de Souza, gerente de bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

China

DESAFIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

AS POLÍTICAS agropecuárias, durante décadas, foram indutoras de excedentes na produção dos países industrializados e de estagnação nos países em desenvolvimento. Com as reformas políticas e o crescimento econômico na segunda metade do século passado, os fundamentos da oferta e demanda no setor primário tomaram novo rumo. Essa situação tornou a produção mais orientada para o mercado, com oportunidades para investimentos e de exploração no comércio externo do agro, particularmente nos países em desenvolvimento.

A perspectiva global aponta, no médio prazo, para um incremento mais moroso no aumento da produção agropecuária, diante de uma produtividade ascendente, mas com restrições severas para crescer em área. Se a oferta continuar próxima ou até abaixo da demanda, os preços manter-se-ão relativamente altos. Nessa direção, medidas para reduzir as perdas e desperdícios de alimentos serão importantes para atender a sua demanda dilatada e incrementar a produtividade.

Nesse contexto, com um quinto da população mundial, renda em elevação e uma rápida ampliação no agronegócio, a China foi o foco especial do documento "Agricultural Outlook 2013-22", organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tudo isso faz pleno sentido tendo em vista que o desenvolvimento da agricultura chinesa deverá ter maior influência no comportamento do mercado internacional.

Este ano – em particular este ano – é importante para o Brasil, com as eleições para Presidência, governos estaduais e Parlamento. Por isso, esse estudo é de leitura obrigatória por parte dos grupos que assessoram os candidatos. Os asiáticos já são os maiores parceiros comerciais do Brasil e com previsão de participação cada vez mais relevante. É para aquele continente que o governo nacional precisa olhar com atenção prioritária e montar um verdadeiro plano de negócio em parceria com a área privada nacional.

Oportunidades para os países agroexportadores

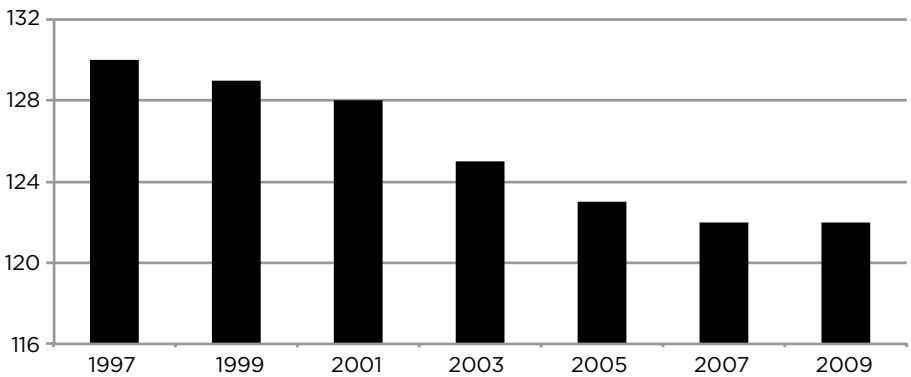
As reformas estruturais promovidas nas políticas agropecuárias chinesas a partir de 1978 trouxeram enormes progressos para o desenvolvimento do país. Houve uma mudança gradual com a transição de uma economia central planejada para outra de mercado socializado. O sistema de gestão coletivo foi substituído pelo familiar individual e autônomo. O próximo passo é manter o processo de migração do campo para a cidade, com liberdade para uma produção em escala maior. É um desafio gigantesco.

Assim, a produção primária passou, nessas últimas três décadas, por uma fase de crescimento inusitado. A produção de grãos cresceu em nove vezes; a de açúcar, em cinco; a de frutas, em trinta e quatro; a de carnes, em oito; a de leite, em dezesseis; e a aquicultura, em trinta e uma. A autossuficiência nacional é elevada nos grãos básicos – trigo, arroz e grãos forrageiros, com taxa variável no intervalo de 95% a 105%. Como a área cultivada com agropecuária apresenta declínio, os ganhos de produtividade terão de continuar, porque todo esse processo tem sido acompanhado por uma demanda vigorosa. Garantir a segurança alimentar faz parte dos programas governamentais do país.

Na verdade, com baixa disponibilidade relativa de área para agricultura e água, a base da segurança alimentar da China é o arroz e o trigo. Apesar de ter a terceira maior área para agricultura do Planeta, a disponibilidade *per capita* é de apenas 0,09 hectares, enquanto a do mundo é de 0,22 hectares. Existem limitações de recursos naturais e de mão de obra, sendo que, em recentes anos, a inflação subiu pressionada pelos preços dos alimentos.

Desde 1992, quando alçou sua marca histórica demográfica mais elevada, de 844 milhões de habitantes, a população rural chinesa declinou para 695 milhões em 2012. Isso significou uma queda líquida de 149 milhões. As projeções indicam uma nova baixa de 100 milhões até 2022. Esses grandes números refletem na mão de obra rural, na estrutura das fazendas, na gestão da terra e, especialmente, na socioeconomia do campo.

CHINA: ÁREA CULTIVADA NA AGROPECUÁRIA (MILHÕES DE HECTARES)



Fonte: National Bureau of Statistics of China

CHINA: POPULAÇÃO DESNUTRIDA (MILHÕES DE HABITANTES)

Período	1990-92	1999-2001	2004-06	2007-09	2010-12
População desnutrida	254	187	176	158	158
% do total	21	14	13	12	12

Fonte: The State of Food Insecurity in the World (2012), FAOSTAT

De acordo com o Banco Mundial, a taxa de pobreza chinesa caiu dramaticamente, de 64%, em 1992, para 12%, em 2009. Em 1990, 254 milhões de pessoas, em torno de 21% da população, eram desnutridos. Nas últimas duas décadas, este contingente caiu para 158 milhões, 12% do total, apesar de a população ter aumentado em 196 milhões. De qualquer forma, a necessidade de reduzi-lo ainda persiste.

De 2001 a 2012, o comércio internacional da agropecuária chinesa passou de US$ 27,9 bilhões para US$ 155,7 bilhões. A taxa de dependência externa praticamente dobrou de valor, de 6,2% para 12,9%. Em 2012, o déficit comercial com alimentos inflou para US$ 31 bilhões. As projeções são de que o consumo crescerá 0,3% acima da produção. Como resultado, o país terá de abrir as suas portas para a entrada de variadas *commodities* alimentares.

Para evitar queda no tamanho das áreas agrícolas, o governo estabelece metas para a produção de trigo, grãos forrageiros, arroz, soja e tubérculos. A partir de 2006, o balanço comercial destes produtos começou a ter valor negativo, com importações superiores às exportações. Nas oleaginosas, tornou-se o maior importador mundial, com 54% do total, que representam a metade do consumo interno em 2011. Essa quantidade importada diminui o impacto sobre a área plantada, que corresponderia a 28 milhões de hectares, de acordo com a produtividade média nacional. De maneira similar, para algodão, açúcar, raízes e tubérculos, a posição de importadora líquida deteriorou, assim como a maior disputa por terras para garantir o plantio de lavouras e a segurança alimentar.

Na produção animal, os níveis de produção estão próximos da autossuficiência para todas as carnes, com exportações líquidas ao redor de 1% a 3% do consumo interno. Mesmo assim, as importações anuais de carne suína alcançam a quantidade expressiva de 600 mil toneladas, que são as maiores no total mundial de 7,8 milhões de toneladas. É praticamente o mesmo tamanho das exportações brasileiras deste produto. Nas importações de produtos lácteos, face aos recentes problemas sanitários na produção doméstica, os registros são de crescimento substancial. Em pescado, o país é exportador líquido e o maior produtor mundial.

Importação para o abastecimento interno

A população chinesa continuará a crescer, porém a uma taxa menor, de 3,0% ao ano, contra 5,0% na década passada. Embora no total cresça em 38 milhões, para 1.392 milhões em 2022, a população urbana sobe mais, em 138 milhões, com renda que era o triplo da rural em 2011. Essa tendência demográfica deverá alterar a dieta das pessoas e a demanda de alimentos, com maior consumo de carnes, lácteos e pescados. As matérias-primas agropecuárias passam por beneficiamento e processamento, enquanto as redes de distribuição são mais exigentes em termos dos alimentos proporcionarem saúde e qualidade nutricional para o consumidor.

No período de 2013 a 2022, espera-se que as importações de grãos oleaginosos cresçam em 40% e atinjam 59% do comércio global. Já as aquisições de açúcar suplantarão o limite de cota permitido pelo país. A área de algodão deverá declinar diante da concorrência da Índia e de outros países vizinhos com custos de produção mais baixos.

O país também será o maior consumidor *per capita* de carne suína, acima da União Europeia. No leite, mesmo com a produção em baixo crescimento, a demanda será crescente em 38%, com aumento na importação de 20%, composta em mais de 82% de produto desnatado e em pó. Na piscicultura, os chineses sustentarão sua posição de líder da produção global, com 63% do total, porém com taxa de expansão correspondente à metade da década anterior.

Questões incertas cercam as previsões chinesas quanto à agricultura para sustentar o alto nível de crescimento econômico. Enquanto as restrições de recursos para produzir aumentam, há variação na produção potencial com as mudanças climáticas e a ocorrência de eventos climáticos extremos. Nesse ambiente de intensa oscilação, é recomendável uma atenção especial e contínua, o monitoramento e a gestão das informações. Na próxima edição, a ***Agroanalysis*** analisará as projeções de produção, consumo, importação e exportação da China até 2022. ■

CHINA: CONSUMO DE ALIMENTOS (QUILO *PER CAPITA*/ANO)

Produto	1990		2000		2011	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Grãos	262,1	158,4	250,2	99,8	170,7	97,8
Carnes	12,6	25,2	17,2	25,5	20,9	35,2
Lácteos	1,1	4,6	1,1	9,9	5,2	13,7
Pescado	2,1	7,7	9,4	11,7	5,4	14,6
Óleos vegetais	3,5	6,4	5,5	8,2	6,6	9,3
Vegetais	134,0	138,7	106,7	114,7	89,4	114,6

Fonte: National Bureau of Statistics of China

Laranja

UMA VISÃO DECEPCIONANTE DO JUDICIÁRIO

Marcos Fava Neves*

A LEITURA do processo da Promotoria do Trabalho cuja sentença determinou a responsabilidade do plantio e a colheita da laranja como obrigação do elo industrial merece comentários criteriosos. Os impactos econômicos desta decisão foram explorados na ***Agroanalysis*** de abril último. Agora, cabe chamar a atenção sobre outros aspectos.

Ressaltamos a qualidade de escrita, a profundidade da análise embasada em citações da literatura do Judiciário e o trabalho realizado, mas selecionamos algumas frases que se mostraram mais apropriadas.

O acesso a esses textos por consumidores europeus do suco brasileiro pode ser mal utilizado e trazer problemas mais graves ao setor. Se o Brasil tivesse mais empreendedores como esses da laranja em outros setores, com certeza, seria um país muito mais rico. A sociedade brasileira não pode ser raivosa com os empresários e empreendedores que deram certo.

O sucesso dessa cadeia não incomoda e deve ser admirado. Desenvolvemos e publicamos estudos para quantificar a cadeia da laranja. Apuramos para cada ano uma arrecadação de impostos na ordem de US$ 200 milhões, além de valores acima de US$ 2,5 bilhões para o Brasil em exportações.

Nas propriedades rurais brasileiras, a fiscalização das condições de trabalho está cada vez mais presente, atuando e orientando. Os fiscais superaram as dificuldades e adversidades para cada vez mais visitar uma maior quantidade de fazendas.

As estratégias de verticalização completa de uma cadeia produtiva, normalmente, não são as mais viáveis do ponto de vista técnico e econômico. A produção de frutas por fornecedores gera uma competição saudável entre os próprios fornecedores e as áreas arrendadas pelas agroindústrias.

Tomemos a ótica de muitos estudiosos da Economia e das relações contratuais, dos quais fazem parte celebridades contempladas pelo Prêmio Nobel de Economia. Para eles, a atividade-fim da indústria de suco – que é uma participante do setor secundário da economia brasileira – é a industrialização, e não a produção de laranja, que faz parte da agropecuária, o setor primário da economia.

O processo de plantio, tratos culturais e colheita de uma lavoura é uma função do produtor rural, que pode perfeitamente delegá-la às empresas especializadas, como as prestadoras de serviços, que são, por sua vez, participantes do setor terciário da economia. Essa é a moderna economia contratual.

Existem pontos que necessitam de melhor compreensão econômica. Em primeiro lugar, o produtor tem opções atrativas para mudar de cultura quando o seu pomar fica mais velho. Em segundo lugar, qual a porcentagem dos trabalhadores do setor que se encontram nessas condições? Diversos estudos mostram que a remuneração do trabalho na citricultura não é ínfima e supera a de outras atividades.

Não se pode generalizar que os produtores rurais não têm poder algum de negociação e que são possuintes de condições de trabalho degradantes dia após dia. Enorme, a contrapartida social da citricultura brasileira já foi diversas vezes cientificamente mensurada.

A cadeia produtiva do cítrus, apesar da sua competitividade construída ao longo do tempo, enfrenta enormes problemas de custos, doenças e queda no consumo mundial.

Existem maneiras para resolver o problema quanto à mão de obra nas propriedades rurais sem interferir nas relações contratuais do setor. Somente de acordo com os fundamentos de ordem econômica haverá trabalho sustentável à disposição do trabalhador. Teremos que, em conjunto, desenhar essas soluções do ponto de vista jurídico e econômico, mediante diálogo entre as áreas de Estratégia, Economia e Direito. ■

Frases selecionadas

"...de modo que o suco de laranja brasileiro, reconhecido internacionalmente, passe a ter uma melhor qualidade social, deixando de conter o suco gástrico dos famintos colhedores e seus familiares... do suor excessivo daqueles que laboram na colheita sem as necessárias pausas para descanso e alimentação..." (grifos nossos)

"...a concentração do mercado só aumentou, enquanto as condições de trabalho para os rurícolas pioraram, de modo que a realidade retratada é ainda menos cruel que aquela vivenciada atualmente..."

"...cuida-se de uma terceirização camuflada e perversa, que repassa para os produtores rurais a responsabilidade pela mão de obra que deveria ser exclusivamente da indústria"

"...é um sistema perverso em que só a indústria ganha às custas dos produtores rurais à beira da insolvência e de trabalhadores relegados a condições indignas e sub-humanas".

"...para que fique bem claro e não reste a menor sombra de dúvida: a produção e a colheita de fruta fazem parte da atividade-fim da indústria de suco..."

* Professor titular de planejamento estratégico e cadeias alimentares da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

Terras agrícolas

OPÇÃO DE INVESTIMENTO

Guilherme Asai[1] Ângelo Gurgel[2]

CADA VEZ mais presentes em portfólios de investimentos, os ativos reais como bens imóveis se tornam opção para investimentos de médio e longo prazo. Este tipo de investimento é apontado como uma forma de preservar patrimônio, uma vez que a existência de um bem material gera segurança ao investidor.

Muito comum em áreas urbanas, o investimento imobiliário pode ter sua vertente para áreas rurais, onde a compra de terras é, também, vista como forma de investimento de longo prazo. A busca por estas áreas, seja para transformação do perfil e expansão agrícola, seja para especulação, já se faz presente em diversos estados do Brasil. Contudo, este tipo de investimento é realmente rentável?

Considerando como período de análise o intervalo que vai do ano de 2002 até o ano de 2013, o retorno médio anual obtido com a valorização das terras demonstra que esses investimentos podem ser lucrativos. Em valores reais, considerando a inflação do período, a média de preços das terras brasileiras saltou de R$ 2.798,23 para R$ 6.327,78, um ganho real de mais de 126% em aproximadamente dez anos.

Analisando os preços médios das terras agrícolas por estados brasileiros, a valorização destes, em termos nominais, superou a inflação média do mesmo período. O Gráfico 1 demonstra a superioridade dos retornos em comparação à inflação.

Nota-se que, em nenhum momento durante o período analisado, a inflação foi superior aos ganhos obtidos na valorização da terra. Isso denota que o investimento em terras pode se tornar interessante também na proteção contra a inflação.

Somente com esses números, é possível afirmar que o investimento em terras é rentável. Porém, em relação a outras modalidades de investimentos, o ativo terra continuaria sendo interessante?

De fato, algumas localidades apresentaram taxas de retorno atrativas e possibilitaram ganhos superiores a investimentos tradicionais. Por exemplo, o investimento em terras no estado de São Paulo, que teve retorno nominal médio anual de 12,79%, seria mais atrativo do que a poupança, com ganhos de 8,01% ao ano no período.

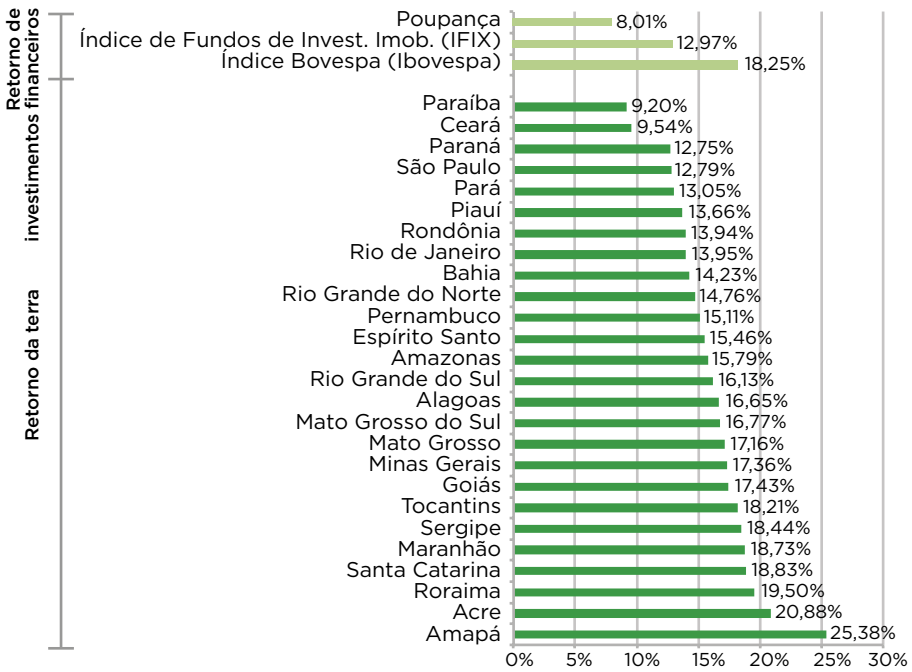
Outra maneira de se comparar os ganhos dá-se por meio de fundos imobiliários. Criado em 2010 pela BM&FBOVESPA, o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX) destina-se a medir a *performance* da carteira hipotética composta por cotas de fundos imobiliários negociados e administrados pela bolsa. Apesar de recente, este índice fornece uma base para avaliar os investimentos imobiliários. Sua valorização desde a criação foi de 12,97% a.a., bastante semelhante ao observado nas valorizações das terras rurais do País.

Para fazer frente a esses retornos médios superiores a 10% obtidos na valorização da terra, outros tipos de investimentos apostam na elevação do risco para obter ganhos semelhantes. É o caso do Índice Bovespa (Ibovespa), que, no mesmo período, apresentou valorização anual média de 18,25%.

Há de se mencionar que tanto os fundos imobiliários, quanto o Ibovespa apresentam liquidez maior do que as terras agrícolas, e isso pode apresentar um diferencial na escolha por este tipo de investimento.

Em se tratando de taxas de retorno acumulado no período, o destaque fica por

GRÁFICO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE O RETORNO NOMINAL MÉDIO ANUAL DA TERRA, POR ESTADO, E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS, ENTRE 2002 E 2013



Fonte: Agrianual; Economatica

conta dos estados da região Norte, como o Amapá e o Acre, com valorizações de 279% e 229%, respectivamente.

Apesar de pouco conhecido e, por isso, pouco utilizado na composição de carteiras de investimento, mas com comportamento semelhante ao do ativo terra quanto à característica de proteção da inflação e preservação do patrimônio, o ouro obteve retorno de 142,26% para o mesmo período, de 2002 a 2013. Isso significa que apenas os estados da Paraíba, Ceará, Paraná e São Paulo tiveram suas terras com valorização menor do que o ouro.

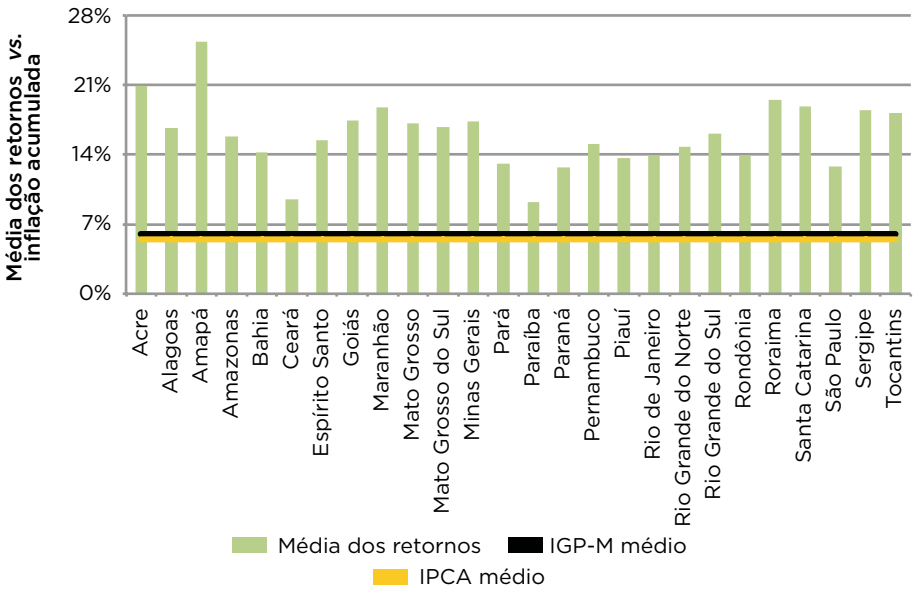
Por se tratar de um ativo real que tem seu preço ligado às leis de oferta e demanda, a valorização da terra em um dado período de tempo não é garantida, dado que há riscos de mercado. Além destes riscos, o investimento neste tipo de ativo contempla outros gastos, como impostos territoriais e manutenção da propriedade.

Embora existam estes gastos com manutenção e impostos, os demais ativos financeiros também apresentam seus custos extras, como taxa de administração, taxa de *performance*, manutenção de conta, entre outros. De forma geral, todos os tipos de investimentos apresentados têm custos e despesas adicionais que podem depreciar a valorização do ativo e, por consequência, seu ganho líquido.

Paralelamente aos custos e despesas adicionais, existem ganhos oriundos de fontes que não sejam a pura valorização do ativo. No caso do investimento em terras, o proprietário também pode obter renda de outras formas, como as associadas à produção agropecuária instalada ou em forma de arrendamento. Para os ativos financeiros, há possibilidade de dividendos.

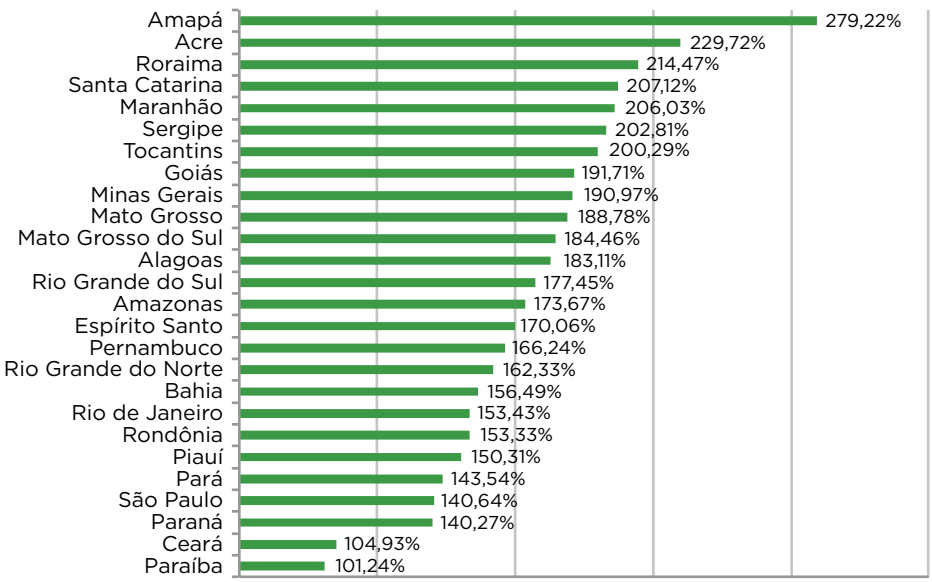
Como conclusão, percebe-se que a terra agrícola tem sido mais um tipo de investimento de médio e longo prazo que proporciona rentabilidade atrativa no País, ao menos desde a última década. Adicionalmente, é uma forma de diversificação de portfólio (e diminuição de risco), principalmente quando comparada à rentabilidade de investimentos mais conservadores e tradicionais. Para os mais conservadores, traduz segurança e preserva o patrimônio em épocas de inflação elevada. Mas, é preciso lembrar, como contrapartida, a baixa liquidez deste ativo. ■

GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO ENTRE AS MÉDIAS DOS RETORNOS DO PREÇO DA TERRA E A MÉDIA DA INFLAÇÃO NO PERÍODO DE 2002 A 2013



Fonte: Agrianual

GRÁFICO 3 – RETORNO ACUMULADO DOS PREÇOS DE TERRAS NO PERÍODO DE 2002 A 2013



Fonte: Agrianual

1 Mestrando em Agronegócios na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EESP/FGV)

2 Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EESP/FGV)

Milho

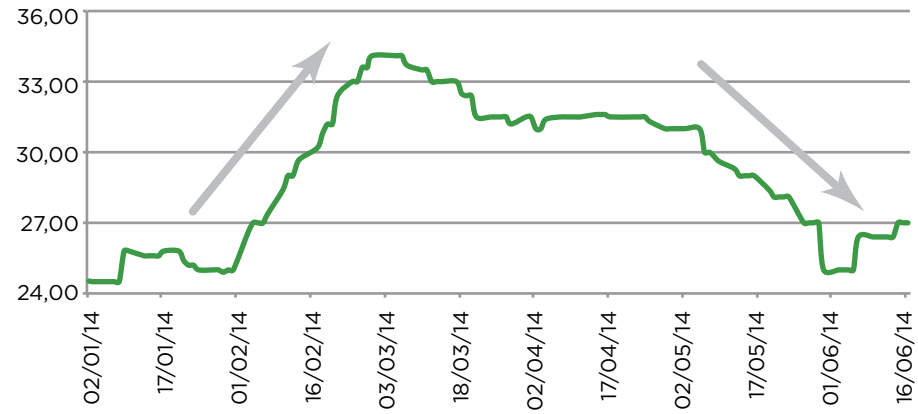
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DETERMINA O RESULTADO

Alcides Torres[1] Rafael Ribeiro de Lima Filho[2]

NO BRASIL, os preços do milho subiram e desceram a ladeira no primeiro semestre de 2014. Diante dessa grande volatilidade, o momento em que o produtor vendeu sua produção determinou o lucro ou prejuízo da atividade. Quem vendeu o milho em janeiro deste ano contabilizou um prejuízo de R$ 52,49 por hectare. Aqueles que venderam em março lucraram R$ 459,91 por hectare. Isso mostra que é fundamental o acompanhamento do mercado, pois decisões erradas podem custar caro. É preciso lembrar que o produtor não é especulador. Para gerenciar o risco de preço, uma boa estratégia pode ser a utilização do mercado futuro ou a venda mensal da produção.

No começo do ano, começou a escalada de ascensão, com a estiagem e menor produção na 1ª safra (ou safra de verão).

REGIÃO DE CAMPINAS-SP: PREÇO DO MILHO (R$ POR SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

De janeiro a março, o preço do cereal aumentou em 39,2%, ou R$ 10,00 por saca de 60 quilos, chegando a R$ 34,00 na região de Campinas.

Além da redução na área plantada, de 1,3% na safra 2013/14, em comparação à temporada anterior, o clima desfavorável diminuiu a produtividade em 5,6% na média brasileira. Assim, a produção ficou 6,8% menor *vis-à-vis* à 1ª safra de 2012/13. A partir de março, com a colheita de verão praticamente realizada e a baixa liquidez no mercado interno, os preços perderam a sustentação.

As condições climáticas e as boas perspectivas de uma produção generosa na 2ª safra (safra de inverno) deixaram o mercado tranquilo com relação ao abastecimento de curto prazo. Os preços enfraqueceram, pois a disponibilidade do grão aumentou e a demanda para o mercado interno não foi suficiente para reverter essa situação. No acumulado de março a junho, as cotações do milho caíram 20,8%, de modo que o preço da saca retornou aos patamares do começo do ano.

Compra ou venda

Para quem precisou comprar milho, o começo e o final do primeiro semestre do ano foram os melhores momentos para a tomada de decisão, se for considerado apenas o preço do grão. As variações dos preços passarão a depender do clima e do desenvolvimento do milho 1ª safra no Brasil e nos Estados Unidos. Como existem as especulações sobre a ocorrência do fenômeno El Niño para este ano, o mercado poderá ganhar nervosismo no segundo semestre.

As recentes chuvas e alagamentos no Sul do Brasil e as geadas, comuns nesta época, podem dar firmeza aos preços no mercado interno, caso interfiram na produção de 2ª


SHUTTERSTOCK

RONDONÓPOLIS-MT: RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE MILHO DE 2ª SAFRA

	Janeiro	Março
Custo de produção (R$/ha)	1.504,29	1.504,29
Produtividade média (sacas/ha)	85,4	85,4
Preço de venda (R$/saca)	17,00	23,00
Receita (R$/ha)	1.451,80	1.964,20
Lucro (R$/ha)	-52,49	459,91
Preço médio da terra (R$/ha)	13.100,00	13.100,00
Rentabilidade (%)	-0,40%	**3,51%**

Fonte: IMEA/Scot Consultoria

safra, em especial a paranaense. Já, para o produtor, os baixos preços do cereal e a expectativa de um segundo semestre melhor mantêm a baixa liquidez do mercado.

Com relação à área de milho a ser colhida no Paraná, 90% estão em boas condições e 10%, em condições medianas (DERAL). Estes números devem ser revisados nos próximos relatórios, em função do clima adverso no estado.

Ainda do lado vendedor, a seguir, os detalhes da simulação de resultado econômico considerando dois momentos para venda do grão em 2014, conforme mencionado no início do artigo: um na boca da safra, em janeiro, com o milho custando R$ 17,00 por saca na região de Rondonópolis, no Mato Grosso, e outro, no começo de março, com a saca a R$ 23,00 na região.

A época de plantio é a mesma, ou seja, na 2ª safra. O IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária) estima o custo de produção em R$ 1.504,29 por hectare de milho em 2013/14, na região de Rondonópolis-MT. Para a próxima safra, 2014/15, o custo médio está estimado em R$ 1.881,13 por hectare, um aumento de 25,0% em relação à safra atual.

A produtividade média esperada para o estado na safra 2013/14 é de 84,5 sacas por hectare. Há de se lembrar que uma parcela grande do milho mato-grossense foi semeada fora da janela ideal de plantio, em função dos preços poucos atraentes no começo do ano.

O milho a R$ 17,00 por saca (primeiro cenário) não paga as contas, dando prejuízo de R$ 52,49 por hectare, enquanto, a R$ 23,00 por saca (segundo cenário), o lucro é de R$ 459,91 por hectare. As rentabilidades, considerando o preço médio da terra para agricultura na região, de R$ 13,1 mil por hectare, foram, respectivamente, de -0,40% e 3,51%. As rentabilidades foram calculadas dividindo-se o lucro operacional (que considera a depreciação de máquinas e equipamentos) pelo capital total investido na atividade. Nesse caso, o capital é o preço da terra.

Considerações finais

O mercado de milho dependerá, em boa parte, das exportações para escoar a produção brasileira no segundo semestre. Neste ano, porém, a oferta deverá ser melhor nos Estados Unidos, principal exportador

ESTADOS UNIDOS: ÁREA E PRODUÇÃO DE MILHO

	2013/14	2014/15
Área (milhões de hectares)	38,61	37,10
Produção (milhões de toneladas)	353,72	353,97
Produtividade (tonelada/hectare)	9,16	9,54

Fonte: USDA

mundial e concorrente do Brasil nas exportações. Apesar da redução da área plantada na temporada atual (é a menor área desde 2010), a produção norte-americana de milho está estimada em algo próximo do volume colhido na safra anterior. Estão previstos 353,97 milhões de toneladas produzidos em 2014/15, frente aos 353,72 milhões de toneladas colhidos anteriormente (USDA). A produtividade foi estimada em um recorde de 9,54 toneladas por hectare .

Com relação às exportações brasileiras, estão previstos 21,0 milhões de toneladas de milho em 2014, frente ao recorde registrado no ano passado, de 26,17 milhões de toneladas embarcados. Estes números são da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e contemplam a expectativa de uma maior concorrência das exportações brasileiras neste ano.

Com relação aos estoques finais no Brasil, estão previstos 12,17 milhões de toneladas de milho em 2014, frente aos 8,60 milhões de toneladas ao final de 2013. A expectativa de estoques elevados também colabora com a pressão de baixa.

Enquanto isso, no mercado interno, temos os preços do cereal pressionados para baixo, já que a colheita da 2ª safra teve início no País. Consequentemente, a estratégia de parte dos produtores rurais tem sido segurar o produto à espera de melhores oportunidades de negócios. Com o aquecimento das exportações, a partir do segundo semestre, a perspectiva é de que as cotações fiquem mais atrativas aos agricultores. ■

1 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria

Agricultura familiar

PLANO SAFRA 2014/15

O GOVERNO federal anunciou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos Para o Brasil. O crédito programado para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) está orçado em R$ 24,1 bilhões, quase dez vezes acima de quando iniciou, há doze anos. Cerca 1,6 milhão de famílias já acessaram os recursos do programa.

Mais crédito

O Pronaf Produção Orientada, voltado para a produção sustentável de alimentos, tem como foco as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A linha é direcionada para projetos de sistemas agroflorestais, convivência com o Semiárido, agroecologia e produção de alimentos para abastecimento de centros urbanos. A assistência técnica é garantida e financiada pelo crédito, com bônus de adimplência para pagamento de Ater no valor de R$ 3,3 mil, a ser pago em três anos. O limite de financiamento é de R$ 40 mil.

O Pronaf Agroecologia contempla sistemas de produção agroecológica e orgânica, com crédito de investimento à taxa de 1% ao ano. Já o Pronaf Jovem teve seu limite de acesso ampliado de uma operação de R$ 15 mil para três operações.

Os limites de crédito do Pronaf Grupo B subiram de R$ 3,5 mil para R$ 4 mil por operação de microcrédito orientado, com bônus de adimplência de 25%. Os agricultores familiares que contratarem esta linha nos municípios em situação de emergência pela seca do Semiárido terão bônus de 40%.

Famílias assentadas

Para qualificar e aumentar a produção e a renda dos assentamentos, as linhas de crédito estarão acessíveis e orientadas, conforme as condições das famílias a serem beneficiadas, com acompanhamento da assistência técnica.

As famílias poderão acessar o Crédito de Instalação, via cartão, para agilizar as operações, de até R$ 14,2 mil por família, para aquisição de bens de primeira necessidade e início da produção para segurança alimentar. Também os projetos produtivos das organizações de mulheres serão apoiados em financiamentos que terão até 80% de desconto do valor financiado para pagamento.

As famílias assentadas que buscam a inclusão produtiva terão, agora, o Microcrédito Produtivo Orientado, com acesso a até três operações no valor de R$ 4 mil e bônus de 50% de desconto para pagamento. Já as famílias que querem expandir suas atividades e não acessaram nenhum investimento poderão contar com o Mais Alimentos Reforma Agrária. Trata-se de uma operação de investimento de até R$ 25 mil, com bônus de 40% e dez anos para pagamento, acompanhada de três operações de custeio de até R$ 7,5 mil.

Esse modelo de financiamento permitirá que 1 milhão de famílias assentadas sejam beneficiadas pela renegociação de dívidas do Programa de Reforma Agrária. Essa ação conta com o apoio da Sala da Cidadania Digital, portal de serviços criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com o Banco do Brasil, prefeituras, sindicatos e prestadoras de assistência técnica.

Seguro de renda

A proteção para agricultores e agricultoras familiares que contratam financiamentos de custeio agrícola, no âmbito do Pronaf, passa a ser baseada na sua renda esperada, e não mais no custo de produção.

O Programa Garantia Safra, dirigido aos agricultores de baixa renda que vivem em localidades atingidas por adversidades climáticas, especialmente no Semiárido, ampliou de 1,20 milhão para 1,35 milhão de agricultores beneficiários. As dívidas de até R$ 12 mil serão perdoadas, sendo que, em caso de perdas maiores do que 50% da produção agrícola, as famílias recebem o benefício no valor de R$ 850.

Novas culturas foram incluídas no sistema de proteção, por meio do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), como batata-doce, cará, erva-mate, inhame, mandioca, mel, tomate e carnes de caprinos e de ovinos. No Nordeste, a proteção também contemplará a produção de leite.

O PGPAF assegura desconto no pagamento do financiamento às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, protegendo os preços dos produtos e garantindo renda aos agricultores.

Programa Ater

Mais de 800 mil produtores rurais serão atendidos pela assistência técnica e extensão rural (Ater). Do total, 50% serão destinados às mulheres agricultoras.

Com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), cujo decreto foi publicado em 26 de maio último, a Ater ofrecerá qualificação profissional ao campo.

Serão também atendidos 20 mil jovens com um serviço específico e individualizado, com foco na qualificação do setor produtivo. O objetivo é fazer com que o jovem permaneça na zona rural ou que retorne ao campo, caso tenha ido trabalhar na área urbana, mas veja na agricultura qualificada seu futuro profissional. ■

Etanol hidratado

AUMENTO DO CONSUMO REFLETE MAIOR COMPETITIVIDADE

Plinio M. Nastari*

EMBORA A safra canavieira de 2014/15 deva ser menor do que a do ano anterior na região Centro-Sul, que concentra cerca de 91% da produção, devido à falta de chuvas adequadas nos meses de verão, o arrocho de crédito e a necessidade de capital de giro para processar a safra levaram a uma considerável redução do preço do etanol ao produtor.

Nas usinas de São Paulo, o preço do etanol hidratado caiu 16,1% desde fevereiro, para R$ 1,2071 por litro, na primeira semana de junho, enquanto ao consumidor o preço na bomba, no mesmo período, recuou apenas 4,0%. Parte dessa retração deve ainda ser transmitida ao consumidor até o mês de julho, pois, em média, o mercado tem levado de cinco a oito semanas para que a queda do preço ao produtor seja transmitida em maior proporção aos postos de combustíveis.

Dada a maior competitividade na bomba, o consumo de hidratado subiu 2,8% no mês de abril, para 960,90 milhões de litros. Em comparação a abril de 2013, quando 811,38 milhões de litros foram consumidos, houve um crescimento de 18,4%. De janeiro a abril, portanto, a demanda de hidratado somou 3,97 bilhões de litros, volume 20,5% superior ao verificado no mesmo período de 2013.

Por outro lado, o etanol pode enfrentar alguns desafios para conquistar uma fatia maior no mercado de combustíveis até o final da safra. O principal é a expectativa de redução da disponibilidade de cana, em 2014, no Centro-Sul, por conta do clima seco que perdura desde novembro. Muitos canaviais já apresentam perdas na produtividade agrícola, e, além disso, parte da indústria não entrou em operação em tempo hábil para a colheita em função de problemas financeiros. Diante da expectativa de menor oferta mundial de açúcar a partir do último trimestre do ano, há, ainda, a possibilidade de que os preços do açúcar conduzam para cima os preços do etanol, limitando, portanto, a manutenção do atual espaço de competitividade no mercado interno.

Enquanto isso, o consumo de gasolina A (pura, sem adição de etanol anidro) cresceu 5,9% em abril, de 2,67 para 2,82 bilhões de litros. Contudo, no acumulado do ano, o aumento do consumo de gasolina A, de 2,6%, para 10,75 bilhões de litros, foi proporcionalmente menor do que o registrado pelo consumo de hidratado.

Considerando os 25% de etanol anidro na mistura, a demanda de gasolina C (mistura de gasolina A e etanol anidro) totalizou 14,34 bilhões de litros no acumulado de janeiro a abril, 9,4% acima do volume consumido no mesmo intervalo em 2013, quando a mistura de 20% estava em vigor. A demanda de gás natural veicular seguiu estável ao somar 607.961 m^3 entre janeiro e abril, queda de apenas 0,1% em comparação ao mesmo período



SHUTTERSTOCK

do ano passado. Dessa forma, a participação do etanol na matriz de consumo de combustíveis do ciclo Otto subiu para 35,6% na média parcial do ano, contra 33,7% em todo o ano de 2013 e 31,8% em 2012, em gasolina equivalente.

Apesar da contribuição que o etanol tem proporcionado para o atendimento do mercado de combustíveis do ciclo Otto (a gasolina mais etanol anidro e o etanol hidratado), o Brasil importou 284,57 milhões de litros de gasolina em maio, contra 237,15 milhões no mês anterior. Em relação a maio de 2013, quando foram importados 386,77 milhões de litros, o volume importado foi 26,4% menor.

A recuperação da importação de gasolina no último mês reflete o aquecimento no mercado de combustíveis. Mesmo com o aumento do consumo de hidratado, o consumo de gasolina ainda avançou 3% neste ano. Outra razão da elevada necessidade de importação foi o recuo da produção nacional. Em abril, o Brasil produziu 2,31 bilhões de litros de gasolina, retração de 4,0% no mês. A importação de gasolina só não foi maior por conta do expressivo crescimento do mercado de etanol. Entre janeiro e abril, o Brasil consumiu um volume 20,5% superior de etanol hidratado, comparativamente a idêntico período do ano passado. Como resultado, a importação de gasolina totalizou 1,14 bilhão de litros no somatório de 2014, contra 2,30 bilhões de litros entre janeiro e maio de 2013.

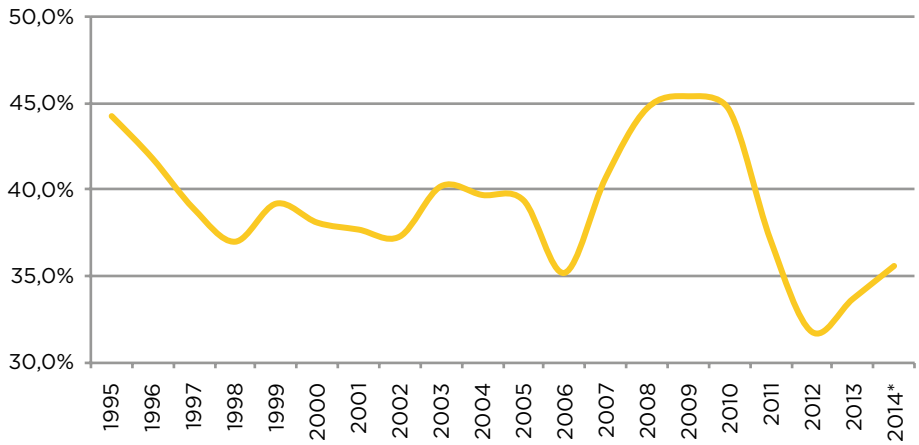
A necessidade de importação só deverá diminuir quando o Governo decidir a redução – ou, idealmente, a eliminação – do subsídio concedido atualmente ao preço da gasolina ao consumidor. Mas, com o ano pressionado pela inflação e pelas eleições majoritárias de outubro próximo, tudo indica que essa é uma alternativa a ser considerada somente após as eleições. Em meados de junho, por conta da desvalorização do dólar, o preço da gasolina na refinaria estava 17,8% abaixo do praticado no mercado internacional, diferencial que já foi de 23,7% no final de abril.

Além do subsídio direto no preço – de difícil justificativa, por se tratar de combustível destinado ao transporte individual que alimenta a importação de gasolina –, desde abril de 2008, o valor da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), mantido fixo em R$ 0,28 por litro desde o início da década de 2000, foi gradualmente reduzido até chegar a zero em junho de 2012. Caso tivesse sido mantido o valor deste tributo e não existisse o subsídio de preço à gasolina, a realidade do setor sucroenergético no Brasil seria completamente diferente. Haveria fôlego e ânimo para investimentos na ampliação de capacidade de produção, estaria sendo produzido mais etanol e menos açúcar, com valorização do preço da *commodity*, que tem no Brasil o seu maior produtor e exportador, e haveria mais investimento em cogeração, aumentando a oferta de energia limpa gerada em período complementar ao da energia hidráulica. Haveria, também, emprego no interior e, com ele, investimentos em toda uma cadeia de suprimentos, com considerável efeito multiplicador. ■



SHUTTERSTOCK

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ETANOL NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS DO CICLO OTTO



* Média de janeiro a abril
Fonte: DATAGRO

* Presidente da DATAGRO; foi professor de Micro e Macroeconomia da FGV-EAESP, foi presidente do Conselho da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA); e participou como membro dos grupos técnicos da Comissão Nacional de Energia e da Comissão para Reexame da Matriz Energética

Biodiesel

IMPACTO POSITIVO DO AUMENTO DA MISTURA

Carlo Lovatelli*

O BRASIL fez a opção pelo biodiesel em 2005, ao criar o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Foi uma escolha virtuosa, embasada no alto potencial de geração de renda e emprego (sobretudo na agricultura), nas vantagens ambientais (este biocombustível é menos poluente do que o diesel mineral) e nos benefícios econômicos, industriais e tecnológicos.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) tem patrocinado estudos e produzido material informativo diverso sobre o papel positivo do biodiesel e em defesa do aumento da mistura deste biocombustível ao diesel fóssil. Desde 2010, quando da introdução do B5 compulsório (5% de biodiesel na mistura ao diesel mineral), a associação defende um horizonte claro e previsível para a elevação da mistura ao nível de 10% (B10).

Por isso, aplaudimos a decisão do governo Dilma Rousseff de adotar o B6 em julho e o B7 em novembro deste ano. O dia 28 de maio passado – quando a presidente anunciou essas diretrizes na presença de entidades que representam os produtores de biodiesel, entre elas a ABIOVE – é um marco nesses quase dez anos de criação do PNPB. Embora possamos caminhar mais rapidamente rumo ao B10, nível de mistura para a qual o setor já está preparado para atender, vemos na decisão política o reconhecimento dos benefícios do biodiesel para o Brasil.

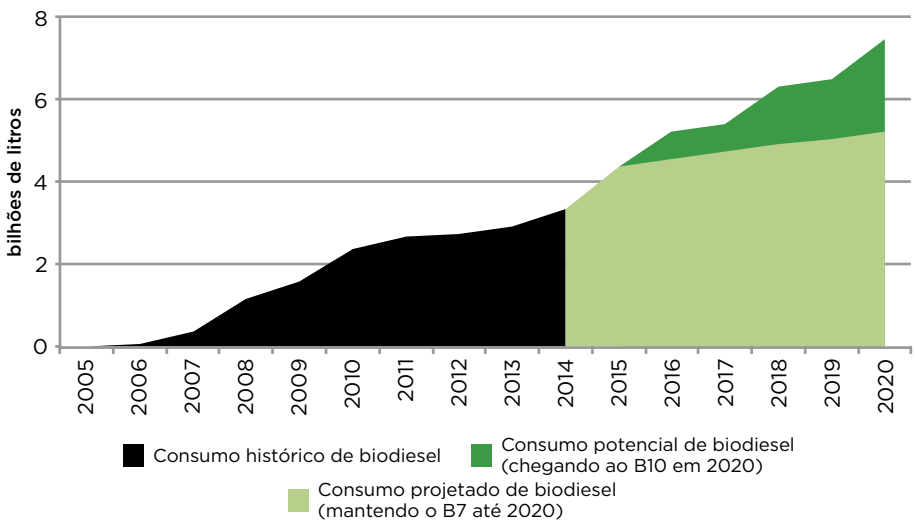
Para começar, a elevação da mistura contribui para a redução das importações de diesel mineral. Atualmente, de todo o diesel B consumido no País, mais de 20% têm origem externa. Isso implica redução do nível de emprego doméstico e contribui negativamente para o resultado financeiro da Petrobras, pois a estatal importa o produto a preços superiores aos negociados dentro do Brasil.

Em março de 2014, o preço do diesel entregue nos portos brasileiros – já contabilizados os custos de internação – chegou a R$ 1,89/litro, alta de 13% em relação ao mesmo mês de 2013. Quanto mais biodiesel é agregado à mistura, menor a necessidade de importação do diesel fóssil. Ao ser utilizado em patamares crescentes na mistura com o óleo diesel – que é consumido em larga escala em veículos de transporte de passageiros e de cargas, em máquinas agrícolas e em trens e motores estacionários –, o biodiesel alivia a conta das importações.

Se não fosse pela presença do biocombustível, mais elevadas seriam as variações dos níveis gerais de preços da economia brasileira em 2013, seja nos índices oficiais de preços, seja nos valores dos produtos e serviços demandados pela população brasileira. Isso porque, nesse ano, enquanto o preço médio do diesel fóssil subiu 15%, o valor do biodiesel caiu 27%. Por outro lado, o impacto inflacionário potencial do biodiesel é ínfimo. Estudo da FGV patrocinado pela ABIOVE revela que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), no caso da evolução do B5 para o B6, sofrerá um impacto inferior a 0,010%.

Vantagem social – a vantagem social da elevação da mistura do biodiesel ao diesel mineral é evidente: mais de 80 mil agricultores estão envolvidos no PNPB. São, na maioria, trabalhadores da agri-

PRODUÇÃO DE BIODIESEL: HISTÓRICO E POTENCIAL A SER ATINGIDO



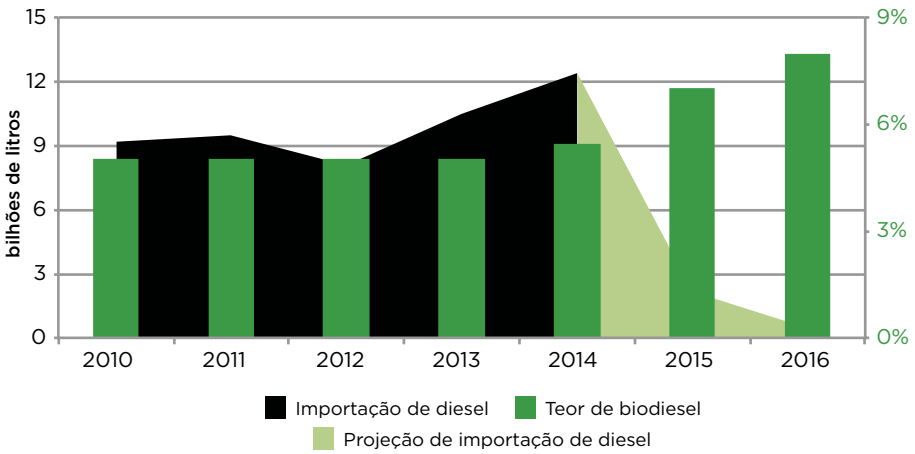
Em 2014, o Brasil deverá produzir mais de 3 bilhões de litros de biodiesel. Até 2020, o País produzirá mais de 5 bilhões de litros se mantido o B7, mas poderá ultrapassar a marca de 7 bilhões de litros se evoluirmos até o B10.

Fonte: ANP; ABIOVE

cultura familiar ligada à soja, principal matéria-prima utilizada na fabricação de biodiesel, ao lado do sebo bovino.

Meio ambiente e saúde – o aumento da mistura também traz uma contribuição relevante para o meio ambiente e a saúde. Segundo revela o estudo "Benefícios Ambientais da Produção e do Uso do Biodiesel", da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel do Ministério da Agricultura, o uso do B7 passará a evitar a emissão de algo como 7,3 milhões de toneladas de CO_2eq. por ano. O uso do B10 representaria cerca de 10,4 milhões de toneladas evitadas de CO_2eq. Cada ponto percentual a mais de biodiesel mandatório, no Brasil, é equivalente ao plantio de 7,2 milhões de árvores.

TEOR DE BIODIESEL E IMPORTAÇÕES DE DIESEL MINERAL



À medida que o percentual de biodiesel misturado no diesel aumenta, menores são as importações de diesel mineral. Em conjunto às novas refinarias da Petrobras, em 2016, o Brasil praticamente poderia zerar suas importações de diesel com o B8.

Fonte: SECEX/MDIC; ABIOVE



SHUTTERSTOCK

A saúde pública é beneficiada via menores emissões de materiais particulados, hidrocarbonetos e monóxido de carbono. Todos os brasileiros agradecem.

Maior agregação de valor – além dos fatores positivos citados, o uso do biodiesel proporciona agregação de valor às cadeias que lhe dão suporte, como a da soja e a da carne bovina.

Cada tonelada de soja esmagada pelas unidades agroindustriais resulta em cerca de 200 quilos de óleo vegetal e 800 quilos de farelo de soja. O óleo, consumido internamente e exportado, é matéria-prima da indústria alimentícia e do biodiesel, e o farelo abastece o mercado de ração animal para aves e suínos. Quanto maior a agregação de valor ao grão de soja, mais elevados são os investimentos e a geração de empregos.

O sebo bovino, outrora resíduo da indústria processadora de carnes, foi comercializado durante oito anos, de 2000 a 2007, pelo valor médio de R$ 780 a tonelada. Após a vigência da mistura compulsória do biodiesel, o preço dessa matéria-prima, que, hoje, representa 20% de todo o biodiesel produzido no Brasil, atingiu o valor médio de R$ 1.700 por tonelada. Assim, o sebo aumentou significativamente sua representatividade no portfólio de negócios dos frigoríficos.

Situações semelhantes ocorrem em outros mercados vinculados ao biodiesel. É o caso da palma, cultura que atrai investimentos na produção e extração de óleo no estado do Pará. Outro exemplo é a reutilização de óleo de fritura, com o qual se produziram mais de 30 milhões de litros do biocombustível em 2013.

Esperamos que o salto para o B10 e para níveis subsequentes ocorra em períodos de tempo mais curtos do que o que marcou a elevação do B5 para o B6 e o B7. O Brasil, segundo maior produtor mundial de soja, nossa principal cultura agrícola, precisa aumentar a agregação de valor, gerar mais empregos e renda para a sua população, e o biodiesel certamente é um dos instrumentos para atingir esse objetivo. ■

* Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

Fenômeno El Niño

ESPECULAÇÕES NO MERCADO

O EL Niño acontece a cada dois a sete anos, quando os ventos alísios que circulam nas águas superficiais do Pacífico tropical começam a enfraquecer. Uma massa de água quente forma-se no Pacífico ocidental e, eventualmente, dirige-se para o leste do oceano. O resultado é uma grande mudança no comportamento das chuvas, com a incidência de inundações e deslizamentos nos países da região, normalmente áridos. O El Niño é seguido de uma fase fria, a La Niña, que, normalmente, ocorre no ano seguinte.

Esse fenômeno climático El Niño pode provocar inundações em algumas partes do mundo e, ao mesmo tempo, causar secas em outros lugares. É cada vez mais provável que aconteça neste ano. Como as distorções climáticas são de longo alcance, o risco é que afete a produção agropecuária. A estiagem pode atingir culturas e pastos na Austrália, sudeste da Ásia, Índia e África, enquanto outras partes do Planeta, como o meio-oeste dos EUA e o Brasil, são atingidas por chuvas.

Assim, a diminuição das chuvas de monções na Índia ameaça, principalmente, a produção de açúcar. Já o clima mais seco no Sudeste Asiático e na Austrália traz problemas para as produções de palma e de trigo, respectivamente. O último El Niño aconteceu em 2012 e, antes disso, em 2009. Em ambos os casos, a intensidade foi moderada, o que pode se repetir neste ano.

Nos Estados Unidos, há riscos de aumento gradual das temperaturas no segundo semestre no nordeste, perto do cinturão produtor de milho. Já o meio-oeste do país fica sujeito a um calor acima do normal, além de precipitações irregulares, que não trazem incremento à produtividade da soja e milho, por exemplo. O impacto tende a ser maior no inverno norte-americano, entre dezembro e março, do que no verão, entre junho e setembro.

As pesquisas fazem uso de modelos para reconstrução das temperaturas e o regime de precipitações ao longo dos milênios. As investigações mostram uma intensificação na frequência do El Niño no século XX. Com base em longo registro histórico fornecido pelos fósseis coralinos, os cientistas apontam que o fenômeno teve grandes variações naturais nos últimos séculos. Portanto, não está claro se essas mudanças observadas nas últimas décadas estão ligadas às mudanças climáticas causadas por níveis crescentes de dióxido de carbono.

Enquanto isso, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) revisam para cima suas projeções com relação à produção global dos principais grãos na safra 2014/15. Com a fase de plantio praticamente finalizada no hemisfério Norte, os levantamentos mais recentes apontam recuo para os preços das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional. O principal fator para a mudança desse cenário passa a ser o El Niño, foco de atenção de todos os meteorologistas. ■

Impacto no Brasil

As previsões sobre o período de desenvolvimento e a intensidade do El Niño, normalmente, são divergentes entre os meteorologistas no mundo e no Brasil. Mas, *a priori*, há o reconhecimento de que as contingências climáticas deste segundo semestre favorecem o Brasil, quando comparado aos Estados Unidos (no caso dos grãos) e à Índia (açúcar).

Aqui, o El Niño pode significar condição de clima seco prolongado no Sudeste, fato positivo em relação à colheita de café. Mas, em alguns locais, essa situação poderá acelerar a maturação e a retirada dos grãos, com prejuízos para a qualidade.

Uma incidência mais forte de chuvas tende a prejudicar a colheita de milho 2ª safra, e o trigo começa a ser colhido no Sudeste no começo do segundo semestre e é retirado até novembro no Paraná e Rio Grande do Sul. Para as lavouras de soja e de milho 2014/15, a maior umidade diminui o risco de estiagem na estação de verão, nos momentos mais sensíveis do desenvolvimento vegetativo das plantas. Maior produtividade nestes dois grãos, que correspondem a mais de 80% da safra nacional de grãos, certamente impactará em maiores ofertas e pressões de preços para baixo.

Como a formação do El Niño não constitui uma certeza absoluta, empresas e analistas do mercado das *commodities* agrícolas seguem atentos no Brasil, líder na produção e exportação de diversas delas. Se as temperaturas da superfície do Pacífico continuarem a subir, como apontam os modelos climáticos, o fenômeno climático influenciará a produção rural. As safras de algumas culturas poderão sair favorecidas e as de outras, prejudicadas. Isso significa muitas novidades para os próximos meses.



SHUTTERSTOCK

Agronegócio brasileiro 2014-2022

Proposta de plano de ação aos presidenciáveis

Preparado por um grupo de técnicos com experiência na área acadêmica e governamental, o presente texto define linhas genéricas de ações, todas baseadas em cinco princípios: sustentabilidade, competitividade, orientação aos mercados, segurança jurídica e governança institucional.

A ideia é que, a partir desta versão, as entidades representativas do setor rural e das cadeias produtivas incorporem pontos de seu interesse legítimo. Só assim será possível preparar um programa que atenda todas as demandas do campo e do agronegócio brasileiro. A experiência mostra que, se cada instituição colocar separadamente suas demandas, a chance de atendimento diminui.

Tomamos a liberdade de solicitar os comentários, propostas, cortes e adendos das entidades. Recebidas essas sugestões, o grupo técnico voltará a se reunir para arquitetar o consenso em torno da proposta. A mesma será debatida também com a Frente Parlamentar da Agropecuária do Congresso Nacional, tendo em vista harmonizá-la com as intenções dos nossos defensores no Parlamento.

Obtido o consenso em um segundo documento, com propostas e metas, o mesmo será discutido com os principais responsáveis pelo planejamento estratégico dos presidenciáveis. O resultado deste diálogo será apresentado no 13º Congresso da ABAG, em 4 de agosto próximo, com a informação de quais serão os compromissos que cada um dos candidatos assumirá em relação à proposta.

Estamos, assim, buscando uma ação inédita: todos os setores representativos do campo articulados em torno de uma única proposta, sem veleidades pessoais ou institucionais.

Atenciosamente,

Roberto Rodrigues
Coordenador do GV Agro

Princípios para o desenvolvimento do agronegócio

O agronegócio compreende o conjunto das operações de produção e distribuição de suprimentos para a produção rural antes da porteira da fazenda (pesquisa, indústrias de insumos e máquinas, serviços financeiros), dentro da porteira (produção vegetal, animal e florestal) e atividades de armazenamento, comercialização, processamento e distribuição para o consumo. A produção agropecuária é realizada por pequenos, médios e grandes produtores.

Princípio 1: Desenvolvimento sustentável

Com visão de segurança alimentar e nutricional e de saúde humana, o agronegócio orientar-se-á para os três vértices do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

Sustentabilidade econômica garante rentabilidade para o agricultor incorporar tecnologias mais eficientes na produção, mediante condições harmoniosas e equilibradas entre os elos das cadeias produtivas do agronegócio, com benefícios para: (i) aumentar a produção e garantir o abastecimento das famílias brasileiras e ampliar as exportações e o saldo da balança comercial; (ii) incorporar os produtores de baixa renda aos mercados e elevar o bem-estar das suas famílias; e (iii) interiorizar o desenvolvimento nacional e ocupar de forma mais efetiva o território nacional (segurança nacional), com a permanência de produtores no campo e em suas cidades de apoio.

No que diz respeito à sustentabilidade social, estima-se que 27 milhões de pessoas estão ligadas às cadeiras produtivas do agronegócio no Brasil. Para a conservação desses empregos, diretos e indiretos, é fundamental a realização massiva de treinamento e qualificação da mão de obra, tendo em vista as mudanças nos processos produtivos (como a mecanização e a automação) e a necessidade imperiosa de redução dos custos de produção, processamento e distribuição. A ampliação das oportunidades no campo e em suas cidades de apoio é fundamental para reduzir as migrações do campo para as regiões metropolitanas, que sempre trazem impactos negativos sobre a segurança alimentar e os serviços públicos.

Sustentabilidade ambiental significa a adoção das boas práticas de produção agropecuária e agroindustrial, de modo a preservar os recursos naturais (solos, água, biodiversidade, florestas naturais) para as próximas gerações. Conforme estabelece o novo Código Florestal, dos 850 milhões de hectares do território nacional, 320 milhões de hectares estão disponíveis para a produção agropecuária. Deste total, um terço corresponde a Reservas Legais. Os produtores rurais respondem pela grande parte da conservação de recursos naturais no País.

Há tecnologias disponíveis para se produzir com segurança ambiental. Com novos rearranjos produtivos, muita área de pastagem utilizada na produção animal poderá ser liberada para a produção vegetal, com aumento na eficiência produtiva da pecuária brasileira. Com monitoramento de satélites para orientar a ocupação e o uso do solo nacional, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) deve ser fortalecida e aplicada com agilidade.

Princípio 2: Competitividade

A competência brasileira no abastecimento do mercado doméstico e nas exportações – um caso reconhecido de sucesso – corre o risco de perder vitalidade. As políticas de estado requerem novas bases de sustentação para um planejamento estratégico com visão de futuro, continuidade da gestão e meritocracia. A crônica deficiência em infraestrutura e logística reduz a renda do produtor e compromete a competitividade internacional. Quanto maior a safra, as perdas aumentam, por falta de armazenamento, e cresce o custo de transporte.

Existem dois outros componentes fundamentais para a competitividade. O primeiro é na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerando-se que os países concorrentes do agronegócio brasileiro investem pesadamente nas áreas de fronteira, como a Biotecnologia, a Nanotecnologia e a Química ver-



SHUTTERSTOCK


SHUTTERSTOCK

de. O segundo, na estrutura sanitária, dá-se diante do impacto das pandemias no comércio internacional.

O Brasil deve exigir transparência e rigor científico na regulamentação internacional no que se refere ao controle de agroquímicos, hormônios e anabolizantes. Internamente, a falta de padronização nos critérios adotados pelo MAPA, pela Anvisa e pelo Ibama penaliza todo o setor produtivo. A readequação das estruturas do poder público e a atualização de normativos ajudam na prevenção da entrada de novas doenças, com a disponibilidade de planos emergenciais para as suas erradicações. Frente ao cenário global do agronegócio, os marcos regulatórios e as liberações de produtos devem acompanhar os padrões internacionais.

Princípio 3: Orientação aos mercados

O Brasil transformou-se num fornecedor constante e confiável de produtos do sistema agropecuário. O País é o terceiro maior exportador agrícola do mundo, atrás somente dos Estados Unidos e da União Europeia. O cenário futuro oferece uma excelente oportunidade, não obstante as tomadas de decisão dos países concorrentes para protegerem seus mercados.

A ordem está na agregação de valor, com a verticalização das cadeias produtivas, a adoção de boas práticas, a descarbonização da produção, o uso eficiente dos recursos naturais e a inclusão social. Para a inserção internacional do Mercosul, as negociações precisam ser desatadas. Nas áreas sanitária e fitossanitária, é necessário minimizar o risco crescente de pandemias de origem vegetal ou animal, tais como a gripe aviária, a febre aftosa, o bicudo do algodoeiro e a mosca da carambola, só para citar alguns exemplos.

Princípio 4: Segurança jurídica

A Constituição Brasileira optou por uma economia de mercado com setor produtivo baseado na iniciativa privada. Esse é um balizamento para o desenvolvimento dos negócios. Na agricultura, inclui a posse da terra com função social, bem como decisões relativas à produção e à comercialização. Não obstante, as intervenções intempestivas no mercado pelo poder público geram incertezas e afastam os investimentos, como o represamento dos preços de combustíveis.

Nas questões organizacionais, como não acompanharam a evolução do sistema agropecuário, marcos legais importantes ficaram desatualizados, como nos casos do Código Florestal, o Estatuto da Terra, o Sistema Nacional de Crédito Rural, a Lei Agrícola e a legislação trabalhista no campo.

Outras questões pendentes dizem respeito à expropriação de terras agrícolas sob o argumento de remanescentes comunidades quilombolas e de demarcação de reservas indígenas. Apesar de a Constituição de 1988 ter delimitado o prazo de cinco anos para a conclusão do processo demarcatório, ainda persistem ameaças de desapropriações.

Princípio 5: Governança institucional

Como o agronegócio funciona integrado por diferentes elos entre as cadeias produtivas, as políticas públicas não podem ser administradas de forma estanque. As ações dos Ministérios e órgãos devem tratar o sistema de forma integrada. A política governamental deve priorizar os pequenos e médios produtores, na grande maioria de gestão familiar. O desafio é levar tecnologia e corrigir imperfeições de mercados, em que pequenos produtores são onerados tanto na venda de produtos, como na compra de insumos.

As ações governamentais demandam informações e análises. Esse papel compete à Unidade de Inteligência Estratégica de Políticas Agrícolas ("*think tank*"), como ocorre em outros países. Meios de acessos ágeis (por internet, por exemplo) e análises confiáveis ajudam os produtores rurais a tomarem decisões baseadas na racionalidade dos negócios. Numa sociedade predominantemente urbana, como a brasileira (86% da população vivem nas cidades), as políticas públicas em benefício do agronegócio devem ser respaldadas por amplas camadas da sociedade.

O excesso de burocracia pesa, principalmente, sobre os pequenos e médios produtores, sem recursos para atender as exigências legais e normativas criadas por diferentes órgãos, como da agricultura, meio ambiente, trabalhistas, recursos hídricos e outros. Como tudo isso dificulta investimentos e ganhos de produtividade, é fundamental remover esses entraves. ■

LANÇAMENTO

Chega ao mercado o mais completo levantamento de feiras e exposições do agronegócio



Realização:

FGV GVagro Centro de Agronegócio

IBCE

UBRAFE União Brasileira dos Promotores de Feiras

abag Associação Brasileira do Agronegócio

CALENDARIODOAGRONEGOCIO.COM.BR

IC Agro

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO

COMPREENDER o agronegócio é importante para todos os agentes que nele atuam de forma direta ou indireta, e, para isso, é essencial a disponibilização e uso de dados que auxiliem a traduzir sua dinâmica. Os índices de confiança são ferramentas já utilizadas por diversos setores no Brasil e no mundo, como indústria, construção civil e comércio.

Detectar tendências, aliadas às condições atuais sobre a percepção econômica e de um segmento, são os objetivos de um índice de confiança. Esta ferramenta tem importante papel para especialistas, acadêmicos, empresários e todos aqueles ligados ao agronegócio. A ideia é aprofundar o conhecimento estratégico e, à medida que forem geradas séries históricas, acompanhar sua evolução e entender a dinâmica desta atividade econômica.

Diante do desafio de disponibilizar uma ferramenta que traga informações periodicamente sobre a percepção econômica do Brasil e do agronegócio por todos os atores dos quatro segmentos econômicos que o compõem (insumos, produção, processamento e distribuição), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) uniram esforços para criar o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro), que passa a ser apurado e divulgado trimestralmente.

Introdução

O IC Agro mede, trimestralmente, as expectativas dos diferentes agentes do agronegócio, como indústria de insumos, cooperativas, produtores, indústrias de alimentos, sistema financeiro, distribuidores, entre outros, para as variáveis: Condições do Negócio; Situação da Economia Brasileira, do Estado e do Setor; e Disponibilidade de Crédito.

Objetivos

Os principais objetivos das informações e resultados são:

- Identificar mudanças de tendências no setor com certa antecedência;
- Auxiliar na tomada de decisões das indústrias e cooperativas frente ao comportamento observado;
- Identificar a necessidade de implementação e melhoria de políticas públicas para o setor; e
- Apontar oportunidades de investimento no agronegócio.

Metodologia

O Índice de Confiança do Agronegócio é resultado dos levantamentos sobre a expectativa nos três elos da cadeia: antes, dentro e depois da porteira da fazenda.



ISTOCKPHOTO

COMPOSIÇÃO DOS PAINÉIS DO ÍNDICE DE CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO

Painel B	Painel A	Painel C
• Insumos (fertilizantes, sementes e defensivos); • Indústria de máquinas e implementos; • Fabricantes de silos; • Cooperativas; • Revendas; • Bancos.	• Produtores agrícolas (culturas de soja, milho, trigo, arroz, cana, café, cítrus, algodão); • Produtores pecuários (corte e leite).	• Operadores logísticos (transportadoras e armazenadores); • Indústria processadora; • Cooperativas; • *Trading*.
Índice de Confiança da Indústria (ANTES da porteira)	Índice de Confiança do Produtor (DENTRO da porteira)	Índice de Confiança da Indústria (DEPOIS da porteira)

Pesos: Painel B = 17%; Painel A = 42%; Painel C = 41%, de acordo com a participação no PIB
Fonte: Cepea/USP

O estudo soma cinquenta entrevistas com indústrias antes e depois da porteira. No primeiro levantamento, realizado no último trimestre de 2013, foram realizadas 1.500 entrevistas dentro da porteira da fazenda para a formação de um painel com 645 produtores agropecuários de diversas culturas, localizados em dezesseis estados brasileiros. Foram considerados na pesquisa o porte, a cultura e a região dos produtores.

Com 95% de confiança e erro padrão de 4,5%, a amostra representa os produtores que respondem pela formação do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária brasileira. São consumidores de tecnologia e de serviços das indústrias e das cooperativas e representam o dinamismo do setor.

Para calcular o resultado dos painéis antes, dentro e depois da porteira, o levantamento considerou um conjunto de variáveis, agrupadas com os respectivos pesos na seguinte tabela:

COMPOSIÇÃO DE VARIÁVEIS E PESOS

		Condições Atuais Peso 30%	Expectativas Peso 70%
		Painel A	
Peso 30%	Condições do Negócio	Custos de Produção	Produtividade
		Preço de Venda	Oferta de Crédito
		Painel B e C	
		Vendas	Rentabilidade
		Margem	Oferta de Crédito
Peso 70%	Condições Gerais	Brasil Região Setor	

Para o cálculo do resultado final do Índice, são atribuídos pesos distintos aos três elos pesquisados, de acordo com a participação de cada segmento na formação do PIB do agronegócio, seguindo a metodologia utilizada pelo Cepea/USP.

O índice tem variação em uma escala de 0 a 200, com a escala 100 representando neutralidade; abaixo de 100 pontos, pessimismo; e acima de 100 pontos, otimismo.

A partir da mesma amostra que compõe o índice, o **Painel de Investimentos** mostra a intenção de investimentos do produtor agropecuário brasileiro nas variáveis Custeio; Máquinas e Implementos Agrícolas; Infraestrutura; e Gestão de Pessoas. Além disso, realiza a sondagem das principais preocupações para seu negócio no período em questão. É divulgado junto ao IC Agro e monitora a disposição do produtor em realizar investimentos adicionais ao que faz normalmente, fornecendo elementos importantes para uma melhor compreensão dos resultados do IC Agro.

Primeiros resultados

Após o período de testes, foram realizados dois levantamentos referentes ao quarto trimestre de 2013 e ao primeiro de 2014.

Resultados do primeiro trimestre de 2014

Intenções de investimento

a) Principais preocupações

A questão climática, que já se apresentava no último trimestre de 2013 como o maior problema para o produtor agropecuário, foi mencionada por mais de 82% dos entrevistados, seja pelo excesso de chuvas que ocorreu no Mato Grosso, seja pela seca observada em importantes regiões do Sul/Sudeste/Centro-Oeste neste início de ano.

Mesmo com clima sendo fator limitante de produção, destacaram-se também as preocupações com "alta incidência de pragas e doenças", com 30,4% de citações, além da "falta de trabalhador qualificado" (22,5%); "preço de venda do produto" (22,2%); e "aumento do custo de produção" (20,8%).

b) Intenção de investimentos

Destacou-se, no período, o aumento na expectativa de investimento em tecnologia ligada ao custeio. 63% dos agricultores sinalizaram investimentos adicionais em custeio, em comparação a 52,7% na sondagem anterior. Controle de pragas e doenças e aquisição de sementes são os principais alvos.

Nos demais itens, 27% dos agricultores entrevistados disseram que farão investimentos adicionais em "máquinas e equipamentos" agrícolas, com destaque para a aquisição de tratores. Entretanto, a intenção foi menor quando comparada ao último trimestre de 2013. A queda reflete um fator sazonal, já que, quando o levantamento foi realizado (plantio), o produtor já havia feito as compras necessárias, e está em linha com a redução nas vendas de máquinas no primeiro trimestre de 2014.

RESULTADOS DO ÍNDICE DE CONFIANÇA: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2014



Quanto à Gestão de Pessoas, 30% dos agricultores afirmaram que realizarão investimentos adicionais, com importante peso para a "formação técnica dos operadores de máquinas e implementos".

No caso de Infraestrutura, o resultado aponta que os novos investimentos serão realizados em "silos e armazéns", em consonância com a pesquisa anterior.

O produtor pecuário manteve a alta disposição (60%) para a realização de novos investimentos. "Limpeza de áreas" e "nutrição" concentram o foco do pecuarista.

Índice de Confiança do Agronegócio

A confiança do agronegócio brasileiro apresentou queda de dois pontos no primeiro trimestre de 2014, em comparação ao último trimestre de 2013. O Índice variou de 104,5 para 102,7 pontos, mostrando, ainda, um otimismo por parte do agronegócio brasileiro, porém com uma percepção mais cautelosa em todos os elos da cadeia.

A confiança do elo formado pelos "Produtores Agropecuários" e "Indústrias Pós-porteira" apresentou pequenas variações negativas, de 0,4 e 0,6 respectivamente. Já a "Indústria Antes da Porteira" apresentou o recuo mais significativo, de 8 pontos, sendo o elo que mais pesou na redução, ainda que pequena, do índice geral.

Esse resultado foi influenciado, especialmente, pelo segmento de máquinas agrícolas, em linha com o resultado das vendas no primeiro trimestre de 2014, que apresentou um recuo de 21,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.


SHUTTERSTOCK

No caso do produtor agrícola, as preocupações com a produtividade e com a situação da economia brasileira foram os itens que mais influenciaram o resultado para baixo. Vale ressaltar que a economia brasileira já aparecia no levantamento do último trimestre de 2013 como um dos principais destaques negativos.

Por outro lado, de forma geral, pesaram positivamente as expectativas dos agricultores em relação aos preços, às condições da região e à confiança no setor, resultado influenciado de forma importante pelos produtores de milho e café. Apesar de fatores climáticos, a forte valorização das cotações – de 24% para o primeiro e de 59% para o segundo produto, ao longo do primeiro trimestre do ano – está em linha com o resultado.

O produtor pecuário está ainda mais pessimista com a situação da economia brasileira. O custo de produção foi destaque negativo, influenciado pelo forte aumento do preço do bezerro – acima das variações do boi gordo, afetando o custo de reposição da pecuária de corte – e, também, pela alta do milho, principal fonte de energia da ração animal – afetando confinamentos e pecuária de leite. Deve-se citar, contudo, que a confiança no setor e a expectativa em relação aos preços na pecuária de corte ajudaram a puxar o resultado para cima. Certamente, o aumento observado nos preços da arroba do boi – que bateram recordes sucessivos ao longo do primeiro trimestre do ano, chegando a R$ 124/@ em março (+27% sobre o mesmo mês em 2013) – explica esse resultado. ■

Gerência Técnica e Econômica OCB

Saiba mais

As informações completas sobre os levantamentos do IC Agro Fiesp-OCB são divulgadas no website:

http://www.icagro.com.br

A pesquisa de campo é realizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Setoriais (Agro IPES), e o estudo conta também com a parceria da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

A Copa das pragas

UMA AMEAÇA AO CAMPEÃO MUNDIAL DE PRODUTIVIDADE

Luís Carlos Ribeiro*

A COPA do Mundo acendeu a sirene de alerta para os produtores rurais brasileiros. Um levantamento encomendado pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) mostra que os trinta e um países classificados para a Copa do Mundo abrigam, juntos, mais de 350 pragas ainda inexistentes no Brasil. São insetos, ácaros, fungos e vírus que, se introduzidos em nossas lavouras, poderão trazer prejuízos aos agricultores locais e podem até impactar a produção nacional de alimentos.

Os números acima – apresentados de forma resumida no infográfico que ilustra a próxima página – são resultado do estudo de autoria de Regina Sugayama, bióloga e diretora da consultoria Agropec, que afirma que o aumento do trânsito de pessoas entre países nos últimos anos tem ajudado a disseminar as pragas pelo mundo. O levantamento apontou, por exemplo, que, entre os anos de 1901 e 2014, sessenta e oito espécies de pragas exóticas foram detectadas no Brasil – vinte delas somente nos últimos dez anos. Diante destes dados e com a realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, fica evidente a necessidade de reforçar a atenção em fronteiras e aeroportos de todo o País.

De acordo com a FIFA, entidade internacional organizadora do evento, foram vendidos antecipadamente mais de 1,5 milhão de ingressos para os jogos da Copa do Mundo no Brasil – sendo 43% do total para torcedores de outros países. São centenas de milhares de turistas viajando pelo Brasil, por todas as cinco regiões – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – e passando por estados que têm as áreas mais produtivas do nosso território, o que aumenta consideravelmente a possibilidade de entrada de invasores.

> "...OS TRINTA E UM PAÍSES CLASSIFICADOS PARA A COPA DO MUNDO ABRIGAM, JUNTOS, MAIS DE 350 PRAGAS AINDA INEXISTENTES NO BRASIL."

Os Estados Unidos, com 225 pragas quarentenárias para o Brasil, lideram o *ranking* da possibilidade de entrada de pragas no agro brasileiro. Para agravar a situação, os americanos são também os que mais compraram ingressos para os jogos da Copa: cerca de 190 mil entradas. Os turistas vindos da França, Itália, Austrália e Alemanha também são fonte de preocupação.

Apenas como referência, no período da Olimpíada de Pequim, em 2008, foram introduzidas quarenta e quatro novas pragas na China. Dois anos mais tarde, depois dos Jogos Asiáticos de Guangdong, foram identificadas mais trinta e duas espécies invasoras.

Diante desse quadro, é indiscutível a importância de o Brasil fortalecer sua defesa sanitária no que diz respeito à prevenção da entrada de espécies exóticas, pelas fronteiras secas e úmidas, que possam trazer ameaças e prejuízos à produção rural brasileira. Esse cuidado, vale destacar, vem sendo tratado com especial atenção pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Mas, é preciso mais.

Proteger as fronteiras de um país com dimensões continentais e clima tropical como o Brasil não é tarefa fácil e exige investimento de tempo, dinheiro e recursos humanos. E se engana quem pensa que a defesa agropecuária é necessária somente em momentos especiais, como nos períodos em que os grandes eventos acontecem. Milhões de pessoas deslocam-se entre países todos os dias, no mundo todo. É uma tarefa permanente, pois, uma vez que uma nova praga entra em território nacional e consegue estabelecer-se e se disseminar, o fato de poder não haver inimigos naturais de imediato, nem produtos registrados para o combate, faz do seu controle um desafio complicado.

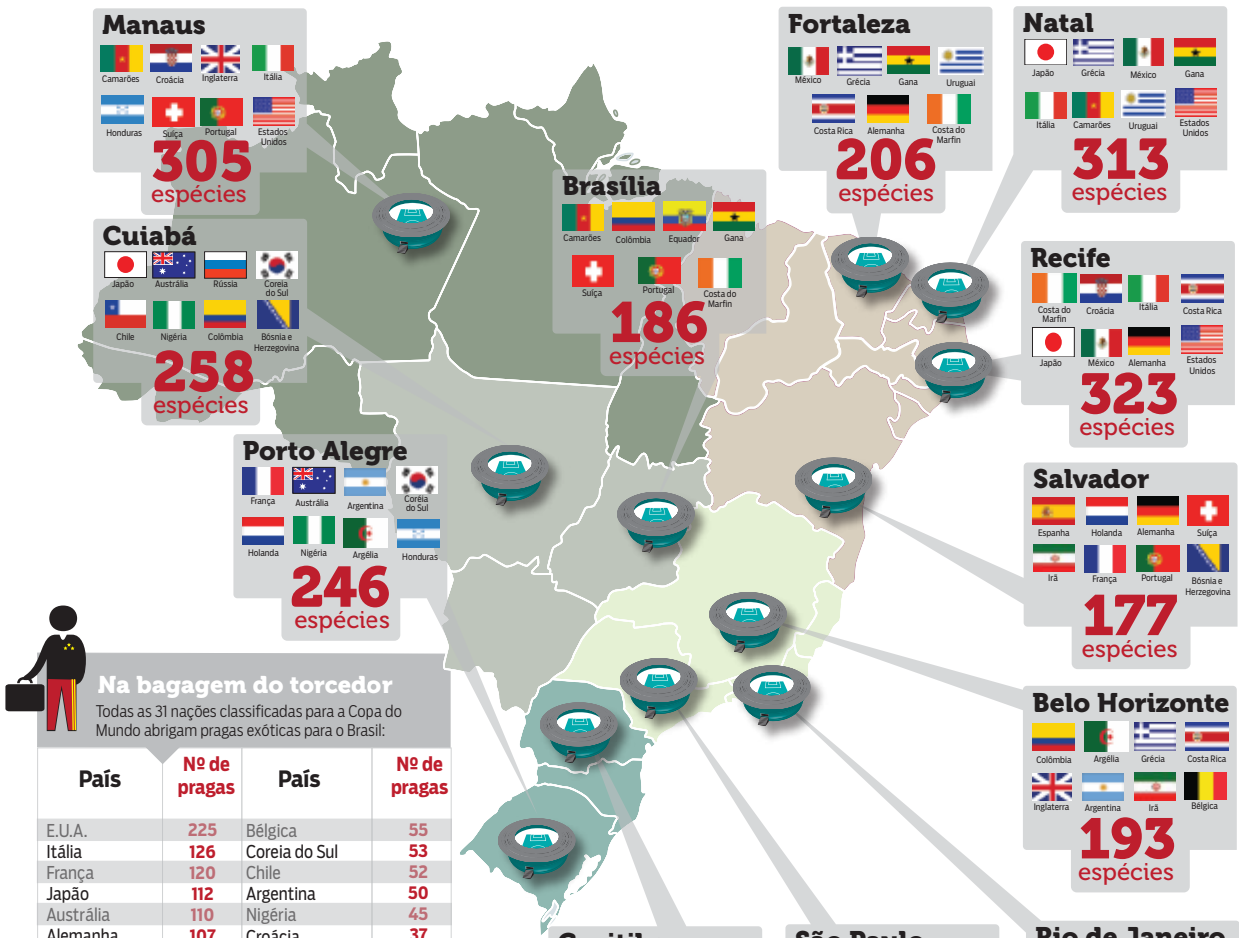
Poder-se-ia até imaginar que a *Helicoverpa armigera* chegaria ao Brasil. Pois é: a lagarta chegou, estabeleceu-se por meio de condições ideais para seu desenvolvimento e causou prejuízos bilionários à produção nacional, diminuindo a produção de alimentos e *commodities* que abasteceriam, também, outras nações. Precisamos prevenir a entrada de novas "*Helicoverpas*". Proteger a agropecuária brasileira é uma questão de soberania nacional. ■

*Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e gerente técnico e de regulamentação estadual da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O ataque mais perigoso da Copa do Mundo

ANDEF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

Levantamento inédito encomendado pela Andef mostra que os 31 países classificados para o Mundial abrigam, juntos, mais de 350 pragas ainda inexistentes no Brasil. Se introduzidas em nossas lavouras, podem causar grandes prejuízos aos agricultores e redução na oferta de alimentos



Na bagagem do torcedor

Todas as 31 nações classificadas para a Copa do Mundo abrigam pragas exóticas para o Brasil:

País	Nº de pragas	País	Nº de pragas
E.U.A.	225	Bélgica	55
Itália	126	Coreia do Sul	53
França	120	Chile	52
Japão	112	Argentina	50
Austrália	110	Nigéria	45
Alemanha	107	Croácia	37
Espanha	95	Argélia	33
Inglaterra	91	Costa do Marfim	31
Rússia	89	Gana	30
Portugal	84	Camarões	30
Suíça	81	Colômbia	26
México	80	Bósnia	20
Holanda	74	Costa Rica	18
Grécia	72	Equador	17
Irã	58	Uruguai	11
		Honduras	9

Número de turistas no Brasil

Pelos cálculos da FIFA, mais de meio milhão de torcedores devem vir ao Brasil para o Mundial. Abaixo, os países que mais compraram ingressos:

País	Torcedores	País	Torcedores
Estados Unidos	187 mil	Holanda	15 mil
Alemanha	57 mil	Uruguai	14 mil
Argentina	56 mil	Espanha	13 mil
Inglaterra	56 mil	Equador	11 mil
Austrália	51 mil	Itália	10 mil
Colômbia	51 mil	Rússia	10 mil
Chile	35 mil	Portugal	9 mil
França	34 mil	Bélgica	9 mil
México	29 mil	Costa Rica	5 mil
Japão	22 mil	Coreia do Sul	4 mil
Suíça	18 mil	Gana	4 mil

Histórico de invasões

A globalização contribui para o deslocamento das pragas. O aumento do trânsito de cargas e pessoas a partir dos anos 1950 fez com que o número de pragas introduzidas no Brasil disparasse (novas pragas por ano):



Dia do Cooperativismo

COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE

Edivaldo Del Grande*

AS COOPERATIVAS vêm cumprindo papel de vanguarda no atual panorama econômico mundial. Os mercados em todas as partes do mundo seguem a regra da competição desenfreada, muitas vezes contribuindo para o naufrágio de sonhos e perspectivas de pessoas e empresas. Por outro lado, a essência do cooperativismo rompe com os atuais paradigmas para se colocar como alternativa indispensável para o desenvolvimento sustentável das comunidades. A força das cooperativas, presente em mais de 100 países e agregando uma população superior a 1 bilhão de pessoas, mostra a possibilidade de construir uma sociedade com melhor distribuição de renda, contribuindo para uma maior justiça social.

"As cooperativas conquistam o desenvolvimento sustentável para todos" foi o tema escolhido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) para comemorar este ano, no primeiro sábado de julho, o Dia Internacional do Cooperativismo. O tema é um dos mais apropriados para o momento e reflete a preocupação do movimento cooperativista, fundamentado na necessidade de garantir de maneira sustentável as condições de vida de seus cooperados e, por conseguinte, das comunidades onde eles vivem.

A palavra "sustentabilidade" tem sido aplicada nas mais variadas explicações. Mas, de forma geral, o conceito evoluiu para designar a integração das dimensões ambiental, econômica e social de um lugar. Mais uma vez, temos, nessa visão, o cooperativismo como precursor da sustentabilidade moderna, colocando as necessidades humanas em seu centro e sendo capaz de responder às crises atuais.

Um relatório encomendado pela ACI, lançado em novembro de 2013, concluiu que as cooperativas incorporam a sustentabilidade em seu modelo operacional, recomendando que a Organização das Nações Unidas (ONU) pode e deve reconhecer isso. O documento orienta, ainda, a ONU a encorajar e facilitar a criação do desenvolvimento de cooperativas. Por isso, os governos, em todas as esferas, devem orientar e oferecer instrumentos para que as pessoas que vivem na pobreza ou estão em grupos vulneráveis possam participar de forma voluntária da criação e desenvolvimento de cooperativas. Estas podem suprir as reais necessidades da população, contribuindo para a remuneração adequada do trabalho de cada um dos cooperados.



No Brasil, já ficou provado que a presença de cooperativas em uma determinada comunidade faz toda a diferença no seu desenvolvimento. Segundo um estudo da Universidade de São Paulo (USP), os municípios que contam com a atuação de cooperativas têm melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O cooperativismo tem sido fundamental, por exemplo, para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, o principal pilar de sustentação de nossa balança comercial. Levantamento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) aponta que 50% de toda a produção agropecuária nacional passam de alguma maneira por cooperativas.

O movimento cooperativista tem novos e importantes desafios pela frente para se consolidar e se fortalecer no País. A Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo) e o Sescoop/SP (Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo) participam ativamente com programas e ações pela defesa e divulgação do cooperativismo, assim como pelo desenvolvimento das cooperativas paulistas. O cooperativismo, hoje, representa a real possibilidade de equilíbrio de forças entre os diversos atores econômicos e contribui para o crescimento sustentável das comunidades onde as cooperativas estão incluídas. ■

*Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo (Sescoop/SP) e diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Diário de bordo

AINDA AMARGO!



Roberto Rodrigues*

TENDO ASSUMIDO recentemente a Presidência do Conselho Deliberativo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), volto ao tema da crise do setor sucroenergético.

Quais as ações necessárias para reposicionar este importante segmento agroindustrial em seu exitoso caminho, tão glorificado no mundo todo como a única real alternativa aos combustíveis fósseis?

Quatro itens são fundamentais neste caminho.

O primeiro é a definição governamental sobre qual o papel que se espera do etanol na matriz energética brasileira. Sem essa clareza, tudo mais fica sem sustentação.

O segundo é a necessidade de restabelecimento da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) como mecanismo de diferenciação tributária entre combustíveis fósseis e renováveis. Ainda no campo tributário, é preciso alinhar as alíquotas do ICMS do etanol hidratado entre os estados produtores.

O terceiro é estimular, no contexto do Inovar-Auto, a busca pela maior eficiência dos motores de veículos *flex* ou dos motores a etanol hidratado.

E o quarto é adequar os leilões da energia elétrica, valorizando os atributos ambientais elétricos e as economias advindas do uso da bioeletricidade. Isso implica leilões diferenciados por fontes de energia.

Mas, é absolutamente essencial que a sociedade compreenda que tais ações não são benéficas apenas para os usineiros, e sim que seus efeitos serão positivos para todos os cidadãos brasileiros.

Se não, vejamos: segundo estudos da Universidade de São Paulo (USP), o valor bruto movimentado por toda a cadeia sucroenergética na safra 2013/14 foi superior a U$ 100 bilhões, com um PIB do setor sucroenergético de U$ 43 bilhões e uma geração de divisas da ordem de U$ 14 bilhões, o que é ótimo para a economia brasileira.

O setor gera 1 milhão de empregos diretos – e se contados os indiretos, mais do que isso –, considerando cerca de 16 mil estabelecimentos vinculados à produção de cana e etanol.

Um dado frequentemente esquecido é que esta cadeia produtiva não tem apenas usineiros: são 70 mil produtores independentes de cana, os denominados "fornecedores", que vão à falência se as usinas não pagam.

A cana-de-açúcar é a segunda fonte de energia do País, com 15,4% da participação na matriz nacional, maior até do que a participação das hidroelétricas.

Desde a chegada dos carros *flex* no mercado, em março de 2003 (há onze anos, portanto), a redução das emissões de CO_2 foi superior a 240 milhões de toneladas!

Isso tem efeito impressionante para a saúde pública. Trabalho realizado por médicos especialistas da USP concluiu que o uso do etanol combustível nas oito principais regiões metropolitanas do País reduziu em quase 1.400 mortes/ano ocasionadas por problemas respiratórios e cardiovasculares associados ao uso de combustíveis fósseis; e, também, cortou cerca de 9.000 internações anuais pelos mesmos motivos. Isso equivale a uma economia de U$ 43 milhões de dólares por ano para o sistema de saúde público e privado.

E mais: a bioeletricidade gerada perto dos maiores centros consumidores de energia reduz as perdas do sistema e a necessidade de investimentos em transmissão. Aliás, a bioeletricidade é gerada exatamente no período de seca, quando os reservatórios de água ficam mais vazios e, por isso, ela é complementar à geração das hidroelétricas. Em 2013, por exemplo, a bioeletricidade economizou 7% da água dos reservatórios, fator que, neste ano, terá muito maior peso, em função da seca no Sudeste. No ano passado, a bioeletricidade vendida às redes de transmissão respondeu por 12% do consumo residencial do País, o equivalente ao atendimento de 8.000 lares. Isso tudo leva ao seguinte raciocínio: a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) calcula que toda a palha de cana e todo o bagaço poderiam gerar eletricidade equivalente a cinco usinas Belo Monte, sem nenhum problema como os que se observam neste empreendimento.

Esses argumentos são mais do que suficientes para justificar as vantagens do setor sucroenergético para toda a sociedade brasileira. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador especial da FAO para as Cooperativas, presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA) e presidente do Conselho da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

Produzir

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA NO AGRONEGÓCIO



Gustavo Diniz Junqueira*

A DINÂMICA das relações de trabalho impõe a necessidade de modernização das regras trabalhistas aplicadas ao campo. Mudanças são fundamentais para dar segurança jurídica ao empregador, destravar negócios, bem como assegurar empregos e gerar novas oportunidades aos trabalhadores – sem ferir direitos, numa espiral de modificações que somente trará benefícios, contribuindo para o combate à letargia econômica que aflige o País.

O primeiro flanco desta modernização passa pela regulamentação da PEC relativa ao trabalho escravo. O segundo desafio refere-se à regulamentação da terceirização e envolve dois pontos: uma análise do STF sobre um caso que trata da questão, bem como, em outra e mais importante ofensiva, um projeto de lei (PL) que regulamenta a terceirização da mão de obra no campo em atividades-fim.

No que diz respeito à PEC, a definição clara, objetiva e cristalina do que será escrito – em lei – como sendo trabalho escravo ou análogo à escravidão é imprescindível para a segurança jurídica do agronegócio e outros setores.

O Senado aprovou a PEC que determina, entre outras questões, a expropriação de propriedades rurais flagradas com trabalho escravo. A PEC prevê uma emenda de um novo PL que vai determinar a regulamentação da definição exata do que será compreendido como trabalho escravo.

Esta regulamentação não poderá dar margem a interpretações, abrindo brechas para subjetividade. A definição terá que ser a mais transparente possível.

Desacordos administrativos com a legislação trabalhista não podem ser confundidos com trabalho escravo. É o que vem acontecendo em casos relacionados à NR 31.

O legislador precisa entender as especificidades do trabalho no campo, não impondo restrições urbanas/industriais a uma realidade diferente.

Para que se dê início a qualquer tipo de expropriação, é importante, ainda, que a sentença penal condenatória tenha sido transitada em julgado. Num país democrático, qualquer cidadão tem garantido o seu direito de defesa.

A regulamentação sólida reduzirá o perigo de que fiscais do trabalho determinem expropriações de modo arbitrário e de que irregularidades trabalhistas simples sejam enquadradas como trabalho escravo.

Terceirização

No Brasil, não existe lei que regule trabalho terceirizado. Esse vácuo regulatório vem judicializando a terceirização no País, deixando empresas e trabalhadores à mercê da interpretação do Poder Judiciário.

Em administração de empresas, a terceirização é uma das práticas mais interessantes que existe. Tanto que se popularizou em diversas áreas.

Bem regulada, a terceirização não significa precarização do trabalho. Muito pelo contrário. Entre seus benefícios socioeconômicos, diminui a informalidade, reduz custos, estimula o empreendedorismo, foca na especialização e incentiva a competitividade num mundo cada vez mais integrado em rede por cadeias de valor globais.

No agronegócio, uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que obriga as indústrias de suco de laranja a contratar de forma direta todos os trabalhadores que lhes prestam serviço no plantio, cultivo e colheita nos pomares – inclusive os que atuam nas propriedades de fornecedores independentes – trouxe à tona a questão.

A decisão prejudica, principalmente, o pequeno e o médio produtores, retirando autonomia em relação às suas próprias propriedades. Eles se tornam arrendatários de suas terras, perdendo o direito sobre sua produção.

O TST precisa rever sua posição e considerar em sua análise o impacto social negativo que a sentença atual provoca. Uma decisão correta tem que preservar direitos individuais, livre iniciativa, dando previsibilidade, segurança jurídica e condições de sobrevivência à atividade.

O artigo 170 da Constituição Federal assinala que a ordem econômica é baseada na livre iniciativa. As empresas têm liberdade para gerir seus negócios da forma como acharem conveniente, desde que isso não vá contra a dignidade da pessoa humana, nem contra os direitos previstos na Carta Magna. É o que defendemos e cobraremos. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

PIONEIRISMO EM PRODUTOS ORGÂNICOS



Mônika Bergamaschi*

A SECRETARIA de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, ao longo dos seus 122 anos de existência, coleciona inúmeras conquistas e realizações que têm marcado a história do agronegócio paulista e brasileiro. Os resultados das pesquisas científicas, principalmente, são responsáveis por muito do que se planta e colhe de norte a sul do País e, muitas vezes, fora dele também.

As ações da Secretaria estão sempre pautadas no desafio de produzir mais e melhor, com boas práticas. Trabalhar por isso, com o amparo da sabedoria advinda da experiência, tem feito diferença na obtenção de resultados voltados à meta global de atender a demanda crescente por alimentos, fibras e energia, com sustentabilidade Mais do que isso, oferecer alimentos de qualidade, funcionais, enriquecidos, seguros, e com alto valor nutritivo. São muitas as frentes de trabalho.

No mês de junho, a SAA deixou mais uma importante marca na história: o lançamento da primeira semente orgânica de milho do Brasil. Este grande feito é mais um dos frutos de um trabalho que vem sendo desenvolvido em parceria, da qual também resultou a criação do Projeto São Paulo Orgânico.

A atuação marcante da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica, de pesquisadores, extensionistas, produtores rurais, empresas, associações e cooperativas tem sido crucial para que as iniciativas tenham sucesso. No bojo, a capacitação de técnicos multiplicadores; a produção de sementes orgânicas; a criação de linhas de crédito para investimento e custeio, que permitem mais tranquilidade para o período de transição do sistema convencional para o orgânico, e para o financiamento do próprio processo de certificação; e as rodadas de negócios, essenciais para aproximar produtores de compradores.

A maioria dos orgânicos produzidos no Brasil, como hortaliças e frutas, é cultivada com sementes convencionais. A produção de sementes orgânicas existe, mas em pouca quantidade e, em sua maioria, feita por pequenos agricultores. Uma normativa do Ministério da Agricultura havia determinado que o uso de sementes orgânicas seria obrigatório para a produção de agroecológicos, a partir de dezembro do ano passado. Porém, com a insuficiente oferta de sementes para abastecer o mercado, a decisão foi adiada; mas, voltará a vigorar em futuro próximo.

A primeira semente de milho orgânica, batizada de "AL Avaré", é produzida por produtores cooperados, vinculados ao Núcleo de Produção de Sementes "Ataliba Leonel", do Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). Esta variedade foi escolhida em virtude de suas ótimas qualidades de produção, resistência natural às pragas e doenças e fácil adaptação às diversas condições climáticas.

E há mais novidade na esteira. Estão em processo de certificação sementes orgânicas de milho pipoca, arroz, feijão, batata, cebola e outras hortaliças. O Instituto Agronômico (IAC) e a APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) estão certificando sua unidade de pesquisa de Itararé para produzir sementes orgânicas de batata. As variedades trabalhadas apresentam excelente qualidade culinária, sendo ideais para o preparo de *chips* e purê. A estimativa é de que as sementes estejam prontas para comercialização em 2015.

Em paralelo, o trabalho de formação de recursos humanos continua a todo vapor. Pioneira nos estudos no Brasil, desde 1994, a APTA realiza pesquisas com produtos orgânicos. De dezembro de 2012 até maio de 2014, já realizou onze edições do Curso de Capacitação em Agricultura Orgânica e Sustentável, com 234 técnicos de extensão rural treinados, que trabalham como multiplicadores. Os cursos são ministrados pela Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Ecológica da APTA, localizada no município de São Roque, a única do governo do estado de São Paulo que é 100% orgânica.

Pesquisa, extensão, crédito, seguro, boa gestão e insumos de qualidade: a combinação perfeita para estimular os produtores e satisfazer os consumidores. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Reflexão

TERRAS: USOS E DIFICULDADES NO BRASIL



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

ENQUANTO A população mundial seguir em crescimento e não se mostrarem sinais de reversão dessa tendência para as próximas décadas, certamente, o tema da segurança alimentar manter-se-á como uma das prioridades básicas na agenda dos países.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) traçam as suas previsões sobre o aumento na demanda de alimentos. O Brasil deverá atender 40% deste incremento. É uma grande expectativa sobre o desempenho da agropecuária nacional, num mundo em que a escassez de terra e água fica cada vez maior.

O Congresso Brasileiro do Agronegócio de 2013 discutiu o cenário do uso e ocupação de terras no País, em que há o mito de muita terra disponível. Com base nos três últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as áreas das propriedades rurais no Brasil perderam em torno de 50 milhões de hectares, o correspondente a 13%.

No período entre antes da Constituição de 1988 e 2013, as terras indígenas cresceram quatorze vezes e representam 12% do território nacional, o correspondente à soma dos territórios ocupados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e um pedaço de Minas Gerais. Já o espaço físico das unidades de conservação dobrou para 24% e possui o mesmo tamanho de todo o Nordeste e boa parte de Minas Gerais.

Hoje, conforme levantamentos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em torno de 62% do território nacional são ocupados por reservas indígenas, unidades de conservação, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reservas naturais (RNs).

A agricultura continuará a perder área ocupada. Existem 184 locais para áreas indígenas em estudo. O Ministério do Meio Ambiente demanda quase um terço do Brasil como futuras áreas para conservação da biodiversidade. Os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) somam 6.113 locais. O novo Código Florestal implica a recomposição de 35 a 95 milhões de hectares.

Esse contexto revela uma situação de dupla pressão, com focos relevantes e díspares, sobre o uso da terra no Brasil. O Governo precisa encontrar o seu "mapa do caminho", com diálogo pautado em bases técnicas e científicas.

O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, em reiteradas ocasiões, comenta a importância do conhecimento qualificado e atualizado no tocante ao uso e à ocupação do território nacional. O desenvolvimento sustentável da agricultura envolve uma análise integrada dos quadros natural, agrário, agrícola, social e econômico de cada região, em diversas escalas temporais e espaciais.

A ABAG considera fundamental a contribuição do setor privado, mas a liderança desse processo compete ao setor público. Por isso, reforçamos a posição da Embrapa de que "as organizações públicas de pesquisa e inovação devem funcionar como locomotivas limpa-trilhos, indo adiante e removendo obstáculos, com informações e conhecimentos, para os comboios do setor privado transitarem com segurança, promovendo investimentos e progresso".

Se vista como base produtiva, a insegurança jurídica afasta investimentos. É o caso, por exemplo, da "terra para estrangeiros", existente mesmo em parcerias entre as empresas brasileiras e as estrangeiras. As demandas crescentes e indefinidas de terras a indígenas e quilombolas são outras realidades de efeitos similares, assim como a legislação sobre os tipos penais caracterizadores do trabalho análogo à escravidão.

O tema passou da fase de reflexões para se tornar bastião ideológico ou outra forma de criar divisionismo. A ação do Legislativo, com o apoio do Executivo, é crucial. Produzir mais, de forma sustentável, requer tecnologia e, é claro, segurança jurídica. Essa correção de rumos e ações deve ser imediata, mesmo em ano de eleições majoritárias. ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM JUNHO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	360.000	500.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	770.000	850.000	943.400	840.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	731.400	700.000
New Holland	TC 5090	390.000	440.000	625.400	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	390.000	508.800	560.000
Valtra	BC 6500	650.000	720.000	780.000	680.000
Valtra	BC 7500	720.000	840.000	830.000	830.000
Valtra	BC 4500	480.000	420.000	420.000	470.000
John Deere	1175 HY	347.000	470.000	409.000	477.405
John Deere	9470	505.000	640.000	547.500	652.454

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM JUNHO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	115.000	145.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	160.000	180.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	205.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020 (T7 150)	180.000	160.000	174.900	230.000
New Holland	TM 7040 (T7 180)	200.000	210.000	212.000	260.000
New Holland	T 7245	257.000	250.000	318.000	380.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	152.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	203.000	226.600	238.000
Valtra	BH 110	225.000	250.000	281.000	275.000
John Deere	7210	278.000	306.000	320.000	300.760
John Deere	8335	375.000	600.000	580.000	654.050

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE GRADES EM JUNHO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MARCA	MODELO	NÚMERO DE DISCOS	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	LARGURA DE TRABALHO (M)	PREÇO (R$)
	NIVELADORA				
Baldan	NV - 32	32	83-89	2,7	8.000,00
Baldan	NV - 40	40	104-112	3,4	10.790,00
Baldan	NVCR - 36	36	75-85	3,0	13.500,00
Baldan	NVCR - 48	48	110-118	4,1	15.700,00
TATU	GN - 32	32	80-90	2,9	8.200,00
TATU	GNCR - 36	36	97-105	3,3	14.500,00
TATU	GN - 40	40	97-105	3,7	8.500,00
TATU	Flutuante GNF - 32	32	80-90	2,9	9.880,00
TATU	Flutuante GNF - 36	36	80-90	3,3	15.000,00
TATU	Flutuante GNF - 40	40	97-105	3,7	14.900,00
TATU	GNFM - 36	36	80-90	3,3	17.000,00
TATU	GND	44	116-120	4,1	30.500,00
TATU	GNDH	44	116-120	4,1	29.900,00
	ARADORA				
Santa Izabel	GACR-1224	12	60	1,3	13.500,00
Santa Izabel	GACR-1424	14	75	1,6	14.100,00
Santa Izabel	GACR-1626	16	90	1,8	15.727,00

Fonte: Scot Consultoria

EXEMPLO DE FINANCIAMENTO

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um produtor que queira, em junho de 2014, comprar um trator Massey Ferguson, MF 7370/4, cujo preço é R$ 205.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 41.000,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para outubro de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 231.585,15 pelo trator.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/10/14	R$ 164.000,00	R$ 16.400,00	R$ 5.202,89	R$ 21.602,89	1
01/04/15	R$ 147.600,00	R$ 16.400,00	R$ 5.363,57	R$ 21.763,57	2
01/10/15	R$ 131.200,00	R$ 16.400,00	R$ 3.559,71	R$ 19.959,71	3
01/04/16	R$ 114.800,00	R$ 16.400,00	R$ 3.114,75	R$ 19.514,75	4
01/10/16	R$ 98.400,00	R$ 16.400,00	R$ 2.669,78	R$ 19.069,78	5
01/04/17	R$ 82.000,00	R$ 16.400,00	R$ 2.224,82	R$ 18.624,82	6
01/10/17	R$ 65.600,00	R$ 16.400,00	R$ 1.779,85	R$ 18.179,85	7
01/04/18	R$ 49.200,00	R$ 16.400,00	R$ 1.334,89	R$ 17.734,89	8
01/10/18	R$ 32.800,00	R$ 16.400,00	R$ 889,93	R$ 17.289,93	9
01/04/19	R$ 16.400,00	R$ 16.400,00	R$ 444,96	R$ 16.844,96	10
Total		**164.000,00**	**26.585,15**	**190.585,15**	–

Total pago: R$ 41.000,00 (entrada) + R$ 190.585,15 (financiamento) = R$ 231.585,15.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

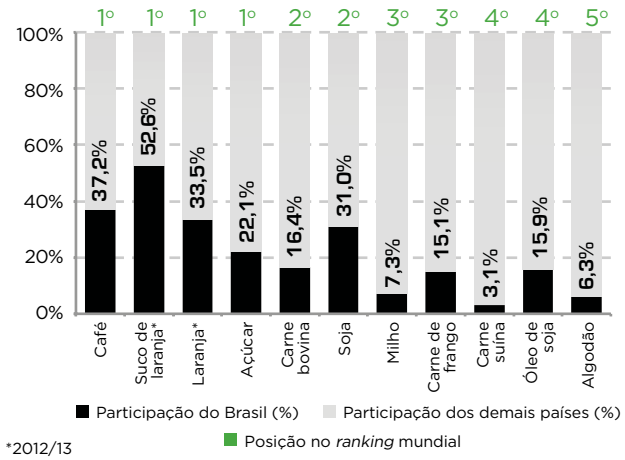
LEVANTAMENTO DA SAFRA DE GRÃOS 2013/14 (MIL TONELADAS)

PRODUÇÃO	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13 (A)	2013/14 PREVISÃO (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO (CAROÇO)	1.843,1	3.228,6	3.018,6	2.018,8	2.566,6	27,1
AMENDOIM TOTAL	226,0	226,5	294,7	326,3	315,8	-3,2
AMENDOIM 1ª SAFRA	191,9	199,2	274,6	306,7	290,8	-5,2
AMENDOIM 2ª SAFRA	34,1	27,3	20,1	19,6	25,0	27,6
ARROZ	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.819,7	12.250,7	3,6
AVEIA	244,1	379,0	353,5	397,9	358,3	-10,0
CANOLA	42,2	69,7	52,0	60,5	66,1	9,3
CENTEIO	4,8	3,2	3,5	2,7	3,4	25,9
CEVADA	201,4	283,9	305,1	361,1	397,4	10,0
FEIJÃO TOTAL	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.806,3	3.713,9	32,3
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.463,1	1.680,3	1.235,6	964,6	1.308,3	35,6
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.106,2	1.485,7	34,3
FEIJÃO 3ª SAFRA	836,6	727,4	619,0	735,3	919,7	25,1
GIRASSOL	80,6	83,1	116,4	110,0	247,4	124,9
MAMONA	100,6	141,3	24,8	15,8	76,3	382,9
MILHO TOTAL	56.018,0	57.407,0	72.979,8	81.505,7	77.887,1	-4,4
MILHO 1ª SAFRA	34.079,2	34.946,7	33.867,1	34.576,7	32.223,5	-6,8
MILHO 2ª SAFRA	21.938,8	22.460,3	39.112,7	46.928,9	45.663,3	-2,7
SOJA	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.499,4	86.052,2	5,6
SORGO	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.101,5	2.150,8	2,3
TRIGO	5.026,2	5.881,6	5.788,6	5.527,9	7.373,1	33,4
TRITICALE	172,1	114,9	112,2	104,8	107,7	2,8
BRASIL	**149.254,9**	**162.803,0**	**166.172,1**	**188.658,1**	**193.566,3**	**2,6**

Fonte: Conab

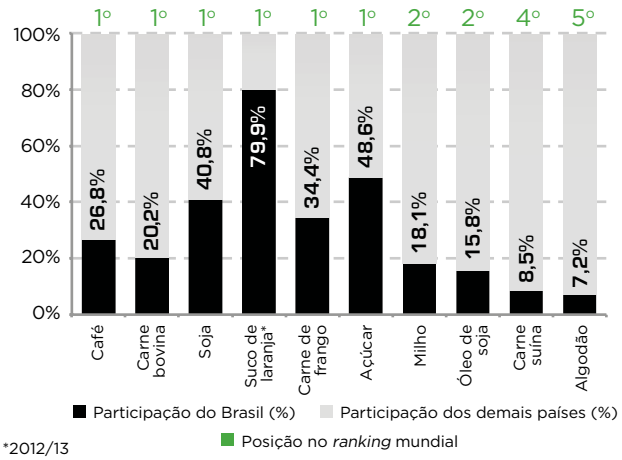
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



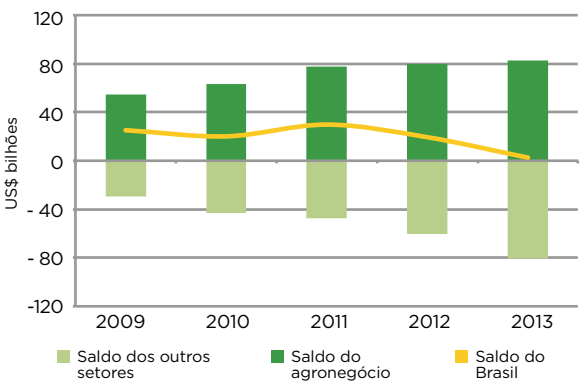
*2012/13
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



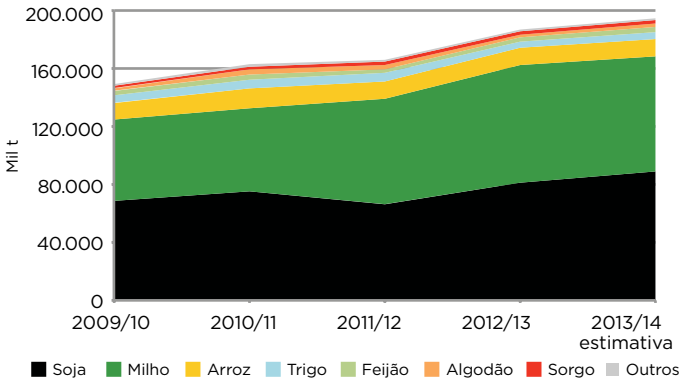
*2012/13
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



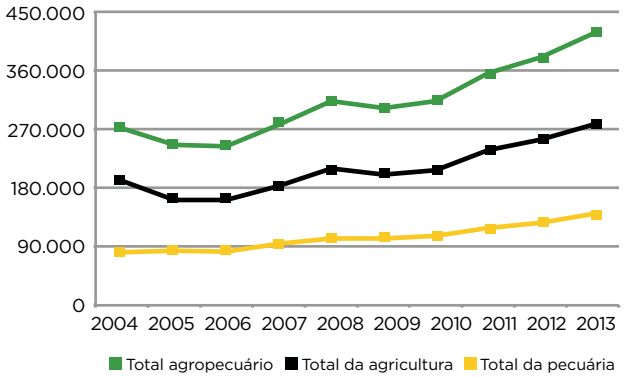
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



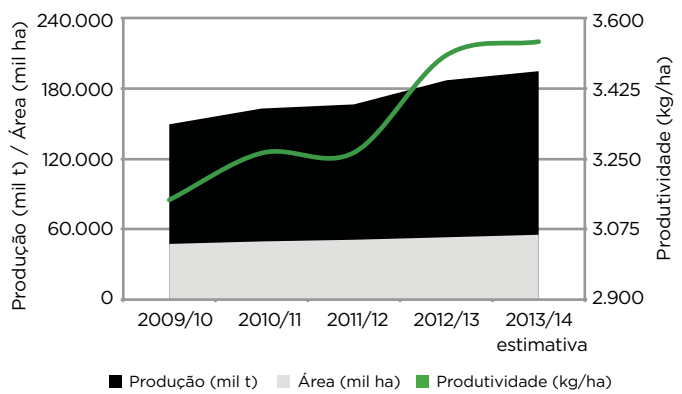
Fonte: Conab

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ MILHÕES)



Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq-USP

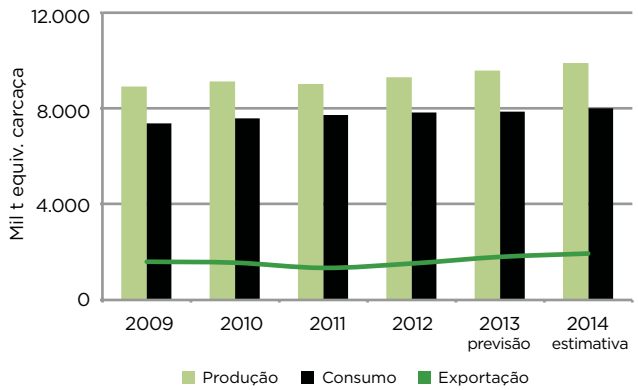
BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab

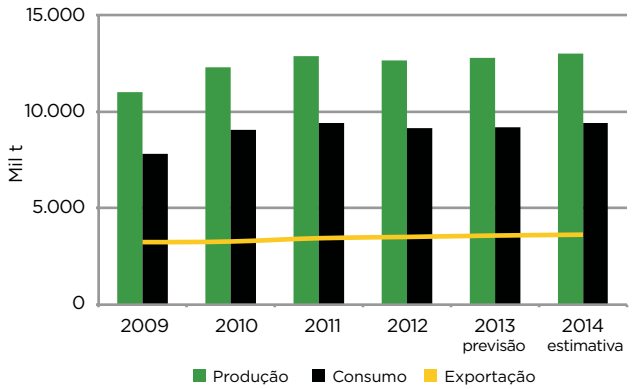
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA



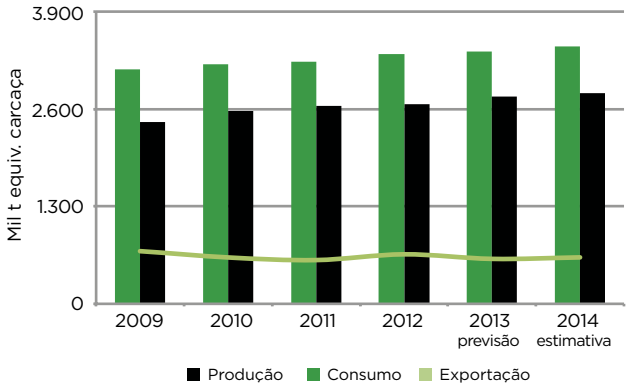
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES



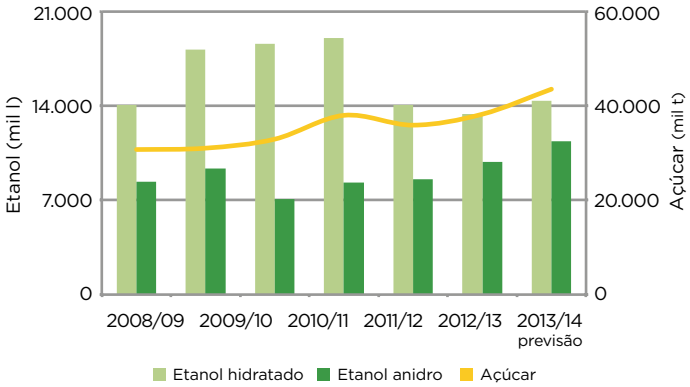
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA



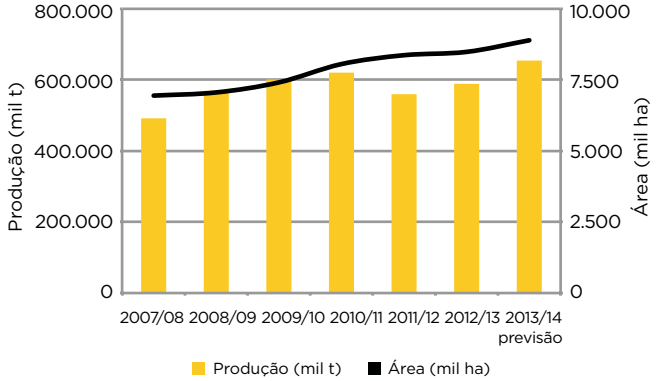
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



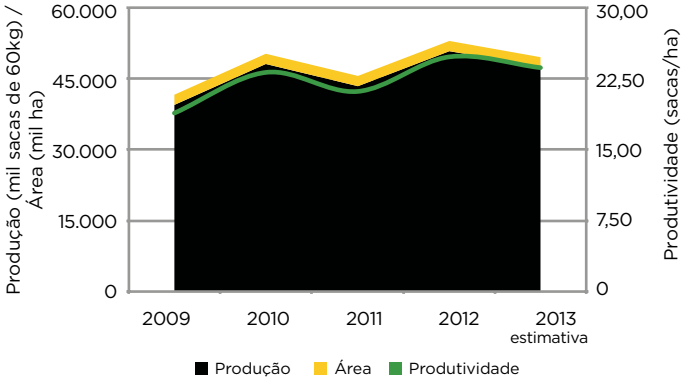
Fonte: UNICA

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CAFÉ, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab